

Presidente do Senado, José Sarney voltou a defender uma ampla reforma política



## Sarney suspende compras e obras para reduzir despesas do Senado

Objetivo da medida é viabilizar economia anual de 10% dos gastos da Casa. Presidente do Senado também defendeu uma ampla reforma política e a redução dos temas que podem ser objeto de MP.

página 3

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — Nº 2.961/206 — Brasília, 16 a 22 de fevereiro de 2009

EDIÇÃO SEMANAL 

### eleições

## Seis projetos de lei e uma PEC para começar a reforma política

O governo fatiou sua proposta de reforma política em seis projetos de lei e uma PEC. Objetivo é facilitar a aprovação. Lista fechada nas eleições proporcionais e financiamento público exclusivo de campanha estão entre as propostas.

página 5

### investigação

## CPI programa novas frentes de atuação para combater pedofilia

página 11

# Impostos: reforma é prioridade e chega logo ao Senado

Votação da proposta de reforma tributária deve ser concluída pela Câmara até abril. Líderes partidários se reúnem nesta semana visando superar

divergências. Uma das questões é a perda de arrecadação dos estados com o novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

páginas 8 e 9

### cidadania

## Saiba o que mudou na língua portuguesa

A introdução de três letras no alfabeto e a abolição de alguns acentos são novidades que já estão valendo.

página 16

### e mais...

ambiente legal	2
agora é lei	4
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



Autoridades como o presidente Lula, José Sarney, Michel Temer, Dilma Rousseff, José Múcio Monteiro e José Roberto Arruda abrem encontro

## Prefeitos cobram atenção para os municípios

Reunidos em Brasília na terça e quarta-feira, 3.500 prefeitos discutiram temas como demora no início das obras do PAC, renegociação de dívidas e reforma

política. Eles obtiveram um pacote de benefícios, inclusive o parcelamento das dívidas com a Previdência, para o qual senadores defendem juros menores.

páginas 6 e 7

## eleição

# Titulares mais idosos presidem as comissões

Falta de acordo adiou eleição dos presidentes das 11 comissões permanentes do Senado para o biênio 2009/2010. Intenção é iniciar votações

Desde a última a quinta-feira, as 11 comissões permanentes do Senado estão sendo presididas pelos seus integrantes mais idosos, até que sejam escolhidos os nomes dos presidentes para o biênio 2009/2010. A decisão, baseada no Regimento Interno, foi tomada na primeira reunião da nova Mesa do Senado para evitar que as votações fiquem impedidas por falta de definição do comando das comissões.

– A escolha está nas mãos dos líderes. Prazo para decidir não tem, mas pode chegar um momento em que o próprio presidente [do Senado] marque uma reunião para definir os nomes – afirmou o 1º secretário do Sena-

do, Heráclito Fortes (DEM-PI).

Sarney apresentou à Mesa seus planos para o biênio 2009/2010, que incluem o cumprimento dos prazos regimentais para horários das sessões e uso da palavra.

Um estudo foi encomendado para redistribuir as tarefas dos integrantes da Mesa, pois, segundo Heráclito, “algumas secretarias não tinham nenhuma missão”, enquanto outras, como a 1ª Secretaria, estão sobrecarregadas.

Com relação ao corte linear de 10% em todos os gastos do Senado, anunciado pelo presidente Sarney, os membros da Mesa decidiram, segundo a 4ª secretária da Mesa, Patrícia Saboya (PDT-CE), começar por reduzir despesas nas próprias secretarias.



Sarney preside primeira reunião da Mesa diretora em que foram apresentadas metas e discutidos cortes de gastos na Casa

## Senadores mais idosos em cada comissão

**Assuntos Econômicos (CAE)** – Eliseu Resende (DEM-MG)  
**Assuntos Sociais (CAS)** – Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)  
**Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)** – Epitácio Cafeteira (PTB-MA)  
**Educação, Cultura e Esporte (CE)** – Paulo Duque (PMDB-RJ)  
**Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)** – Eliseu Resende (DEM-MG)  
**Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)** – Romeu Tuma (PTB-SP)  
**Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)** – Paulo Duque (PMDB-RJ)  
**Serviços de Infra-Estrutura (CI)** – Eliseu Resende (DEM-MG)  
**Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)** – José Maranhão (PMDB-PB)  
**Agricultura e Reforma Agrária (CRA)** – Pedro Simon (PMDB-RS)  
**Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)** – Romeu Tuma (PTB-SP)

## CI vota indicação para Antaq

A indicação de Tiago Pereira Lima para diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), pendente desde dezembro, deve ser votada na primeira reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Também estão prontos para votação terminativa projeto de

Demostenes Torres (DEM-GO) que impede empresas que venderem combustíveis adulterados de obter incentivos fiscais e participar de licitações (PLS 96/05); e projeto de César Borges (PR-BA) visando abrir linhas de crédito para unidades de produção de biodiesel (PLS 18/07).

## CDH vota proposta da CPI da Exploração Sexual

Estabelecimento que hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável poderá ser fechado definitivamente. Projeto aprovado pela Câmara dos Deputados (PLS 255/04) com essa finalidade está na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta prevê a cassação da licença de funcionamento se for comprovada a reincidência em

período inferior a 30 dias.

O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). A atual legislação já fixa multa de dez a 50 salários mínimos e prevê o fechamento por até 15 dias de hotel, pensão ou motel que reincidir na prática.

Apresentado pela CPI Mista da Exploração Sexual, o texto da Câmara já foi aprovado pela Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ) e é um dos nove itens na pauta na CDH. A relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), já deu parecer favorável à aprovação.

Outro projeto, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para conceder licença de até sete dias por ano para o empregado acompanhar dependente portador de deficiência.

## Incentivo ao teatro está na pauta da CE

Está na pauta da Comissão de Educação (CE) o projeto que autoriza a criação da Secretaria Nacional do Teatro, no Ministério da Cultura, e dá incentivos fiscais ao setor até 2018. A proposta (PLS 226/08), do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), já tem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos. A relatora na CE é a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). A nova secretaria elaboraria políticas públicas para o teatro e seria responsável pelo exame dos projetos beneficiados com incentivos fiscais para exposições de peças e apoio a grupos, entre outras atividades.

## Na CMA, direitos do consumidor

Está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) projeto (PLS 1/09) de Expedito Júnior (PR-RO) que altera o Código de Defesa do Consumidor para tornar obrigatória a divulgação, nas embalagens e etiquetas de produtos alimentícios e de vestuários, de informações sobre a matéria-prima utilizada – em especial as de origem animal. Também deve ser votado o PLS 293/07, de Serys Shhessarenko (PT-MT), que regulamenta a publicidade dos produtos, com a finalidade de informar e proteger o consumidor.

## plenário

**Segunda-feira**  
14h – Sessão não-deliberativa

**Terça-feira**  
14h – Sessão deliberativa  
**Pauta trancada** – Antes de qualquer outra deliberação, senadores analisam projeto de lei de conversão (PLV 31/08), proveniente da MP 445/08, que dispensou a Caixa Econômica Federal de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio.

**Quarta-feira**  
14h – Sessão deliberativa

**Quinta-feira**  
14h – Sessão deliberativa

**Sexta-feira**  
9h – Sessão não-deliberativa

## ambiente legal

### Óleo de pinhão-manso é testado em aviões

Meio de transporte muito poluente, a aviação pesquisa alternativas de energia para substituir o querosene. Uma das opções é o óleo do pinhão-manso, já testado em aviões da Air New Zealand, Japan Airlines e Continental Airlines. Enquanto a soja produz de 60 a 100 galões de óleo por hectare a cada ano, o pinhão-manso (em teste também no Brasil) alcança 600 galões.

### Borra de café também já produz biocombustível

Outra novidade nos biocombustíveis é a borra de café. Pesquisadores da Universidade de Nevada (EUA) fizeram a descoberta, que tem outra vantagem: cheiro agradável. Os cientistas garantem que o óleo da borra de café tem qualidade comparável à dos melhores produtos disponíveis no mercado.

### Corte de R\$ 35 mi do MMA adia parques marinhos

A implantação de parques marinhos e de coordenadorias do Instituto Chico Mendes foi adiada devido ao corte de R\$ 35 milhões no orçamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no primeiro trimestre. “Nossa área marinha protegida é ridícula, só 0,5%. E cada vez tem mais petróleo, mais porto”, lamentou o ministro Carlos Minc.

### Nível do mar pode subir mais de 5 metros

Cientistas da Universidade Estadual do Oregon (EUA) advertem que, se as previsões sobre o derretimento do gelo da Antártida ocidental se confirmarem, os oceanos podem subir 25% mais

do que o esperado, causando grande impacto em cidades litorâneas. Até agora, calculava-se que o fim do gelo antártico faria o nível do mar subir cinco metros.

### Ações simples para diminuir aquecimento

A redução do número de viagens de negócios e deslocamentos privados, a substituição do carro pelo transporte coletivo, a economia no uso de ar-condicionado e aquecedor e a diminuição do consumo de carne podem minimizar as emissões de gases de efeito estufa e limitar o aquecimento do planeta a 2°C em 2030. Essas observações constam de novo estudo apresentado em Bruxelas pela consultoria McKinsey ao comissário europeu para o Meio Ambiente, Stavros Dimas.



## agenda

### CCJ tem 184 projetos prontos para votação

Aumento de penas para crimes hediondos e para infrações de trânsito; criação de um conselho de defesa para combater práticas desleais de comércio exterior; instituição de um fundo de segurança pública e reserva de 50% das vagas nas universidades e escolas técnicas federais para estudantes de escolas públicas. Essas são algumas das medidas previstas em 184 propostas que já estão prontas para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na última pauta da comissão constavam 29 propostas que ainda não foram analisadas.

### Agrotóxicos e Embrapa na agenda da CRA

O projeto que determina a adoção de mecanismos para rastrear agrotóxicos (PLS 337/08, do senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia), a proposta de criação do Programa de Microdestilarias de Alcool (PLC 32/03, do ex-deputado e atual prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab) e o projeto (PLS 222/08, do senador Delcídio Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul) que autoriza a abertura do capital da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) devem constar entre os itens da pauta da primeira reunião do ano da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

### Unger pede apoio a MP que regulariza terras

O ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, pediu aos parlamentares da Amazônia a aprovação da medida provisória (MP 458/09) que permite a regularização de 80% das posses de terra na Amazônia nos próximos três anos. Segundo o ministro, até um módulo fiscal (máximo de cem hectares) o terreno será doado para o posseiro; de 1 a 4 módulos fiscais, será vendido por preço reduzido; de 4 a 15 módulos (até 1,6 mil hectares), será vendido sem licitação por preço de mercado. O processo será tocado por um órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.



JONAS PEREIRA

Presidente do Senado recebeu a imprensa e destacou criação de comissão para acompanhamento da crise econômica mundial entre as ações da primeira semana de gestão

# Sarney suspende compras e garante corte de 10% dos gastos

Na primeira entrevista coletiva, presidente promete dinamizar o Senado com reforma do regimento e medidas para agilizar votações e garantir prerrogativas do Legislativo na definição de sua pauta

O presidente do Senado, José Sarney, suspendeu na semana passada qualquer compra ou obra na Casa até que se faça uma avaliação das prioridades e da maneira como a instituição deve proceder nessas aquisições.

Ele reiterou que continuam sendo analisadas medidas para viabilizar a economia anual de 10% dos gastos com a máquina administrativa da Casa.

– Esses cortes já estão todos

levantados, de modo que rigorosamente vamos fazer chegar ao fim do ano a nossa meta, um compromisso do qual não me afastarei – garantiu.

Entre as ações de sua primeira semana de gestão, Sarney destacou a criação da comissão para o acompanhamento da crise global, integrada pelos senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Pedro Simon (PMDB-RS), Marco Maciel (DEM-PE), Tasso Jereissati (PSDB-CE)

e Aloizio Mercadante (PT-SP). A comissão deverá apresentar sugestões para minorar os efeitos da crise no país.

Na avaliação de Sarney, a crise planetária “é profunda, é muito grande” e não se pode antecipar seus desdobramentos.

– Estamos em uma sociedade não em transformação, mas em uma sociedade transformada, em que o modo de vida de todos foi afetado pelo contágio universal.

Estamos em uma fase em que o mundo atravessa um período de desglobalização e os nacionalismos voltam a surgir. Estamos atravessando um momento da história no qual, como aconteceu com o comunismo, acontece com o capitalismo. Ele foi vítima de suas contradições, da mesma maneira que o comunismo – analisou.

Veja abaixo os principais trechos da entrevista concedida pelo presidente do Senado.

#### ALTERAÇÕES NO REGIMENTO

Sarney defendeu mudanças para que o Regimento Interno se adapte aos dias atuais e dê mais agilidade aos trabalhos legislativos. “O regimento se encontra defasado. Vivíamos para o Congresso do discurso, e não para uma sociedade que se transformou com a informática. Concentra nas mãos do presidente muitas atividades. Vamos dividir as atribuições com os membros da Mesa”, afirmou.

#### MEDIDAS PROVISÓRIAS

Sarney quer a redução do rol de matérias que podem ser tratadas por medidas provisórias. Por outro lado, ele considera que o instituto deve ser mantido. Na forma atual, explicou, o abuso na edição de MPs impede o aprofundamento da democracia e o funcionamento do Congresso.

#### REFORMA POLÍTICA

Uma ampla reforma política que combata a baixa qualidade política é uma das prioridades de Sarney. “O Brasil se desenvolveu muito nas áreas econômica, de recursos humanos e social, mas continuamos com instituições políticas que remontam ao século 19”, disse.

#### QUALIDADE DAS LEIS APROVADAS

Para o senador, a votação de matérias às terças, quartas e quintas-feiras, conforme prevê o regimento, não compromete a produtividade do Senado. – Acho que devemos tirar da mentalidade que o Congresso foi feito para votar uma enxurrada de leis, muitas sem necessidade e sem motivo. Temos leis absolutamente anárquicas em matéria de redação – avaliou.

#### VOTAÇÕES

O senador explicou que a entrada dos projetos na pauta de votações irá ocorrer pela ordem de chegada das comissões, para retirar do presidente o “arbitrio” de escolher a proposta que será apreciada pelos parlamentares. – Só daremos preferência aos pedidos das lideranças com urgência, decididos no Plenário. Isso dará transparência aos trabalhos.

#### INDEPENDÊNCIA DOS PODERES

O presidente do Senado informou que irá se esforçar para evitar a “judicialização” da política. Ele afirmou que a existência de “divergências maiores” entre o Legislativo e o Judiciário não faz parte da tradição brasileira, ao contrário do que ocorre em outros países.

#### VERBA INDENIZATÓRIA

A possibilidade de divulgação das notas fiscais dos gastos dos senadores com a verba indenizatória, a exemplo da Câmara, foi admitida por Sarney, mas lembrou que hoje “já é feita a divulgação da verba a que faz jus cada senador, sem reprodução das notas fiscais”.

#### MERCOSUL

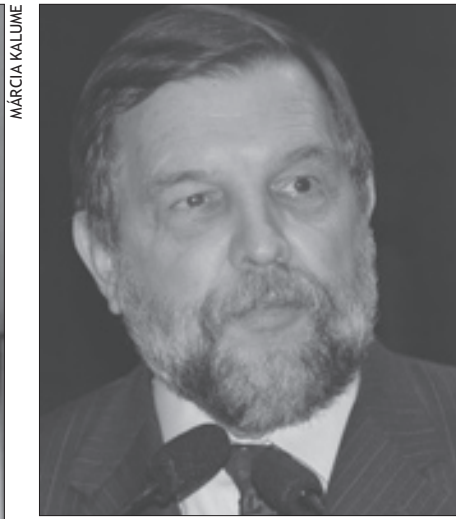
O presidente do Senado não vai interferir na análise do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, já aprovada pela Câmara. – Essa matéria vai obedecer à tramitação normal, sem nenhuma interferência de minha parte e de minhas ideias – declarou.

#### CONVERSA PESSOAL

Sobre o grampo telefônico que gravou conversa mantida entre ele e seu filho Fernando, em que falam de acusações feitas por um adversário político no Maranhão, José Sarney disse: – Não estou certo de que o diálogo entregue aos jornais seja verdadeiro. Não lembro de ter tratado da Abin; nem tinha sentido em conversa entre pai e filho.



## agenda



Jucá (E) assegura que seu projeto aperta mais o cerco às entidades filantrópicas, amplia a fiscalização e obriga a revisão de todas as concessões. Arns (no alto) e Raupp são os relatores da proposta na CAS e na CAE

## Senado decide sobre entidades filantrópicas

Líder do governo acredita que projeto com novas regras e ênfase na maior fiscalização poderá ser votado pelo Plenário nesta semana

O projeto de lei que altera as regras para a certificação de entidades filantrópicas poderá ser votado nesta semana, segundo anunciou na semana passada o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), logo após a Câmara dos Deputados rejeitar a medida provisória (MP 446/08) que tratava do assunto.

Em entrevista à Agência Senado, Jucá lembrou que, além do seu projeto (PLS 462/08), tramita na Câmara outra proposta sobre o tema. Ele disse não ter preferência sobre a votação de uma ou outra matéria, desde que atenda às necessidades do setor.

– O importante é que o projeto tenha o espírito de ampliar a fiscalização sobre as filantrópicas, averiguar as denúncias de irregularidades e descentralizar os processos de concessão – afirmou.

A MP rejeitada transferia do

Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas) para os ministérios a competência de analisar pedidos de concessão ou de renovação dos certificados de entidades filantrópicas. Os processos passariam a ser remetidos às pastas de acordo com a área de atividade da instituição.

Insatisfeito com excesso de medidas provisórias e preocupado com a possibilidade de a MP 466 beneficiar entidades filantrópicas em situação irregular, o então presidente do Senado, Garibaldi Alves, devolveu a proposta ao Poder Executivo em novembro passado, alegando que a matéria não atendia aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância exigidos.

Jucá chegou a recorrer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) contra a decisão. Paralelamente, apresentou

o projeto de lei, que tramita nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), para ser votado nesta última em decisão terminativa. O relator da proposta na CAS é o senador Flávio Arns (PT-PR) e na CAE, Valdir Raupp (PMDB-RO).

– Meu projeto aperta mais o cerco às filantrópicas, obriga a revisão de todas as concessões já realizadas e amplia a fiscalização – assegura Romero Jucá.

A rejeição da MP pela Câmara já havia sido acertada em reunião de líderes. Com base na vigência da medida provisória, o governo resolveu, a partir de janeiro, renovar mais de 7 mil certificados de entidades filantrópicas para o biênio 2008/2009. Jucá diz que a decisão de Garibaldi Alves foi importante por demonstrar a necessidade de se ampliar a fiscalização sobre essas instituições.

## Senadores cobram informações do governo federal

A Mesa do Senado vai encaminhar aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, pedidos de informação do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) sobre a atuação de entidades filantrópicas.

Guido Mantega deve prestar informações sobre as entidades com receita superior a R\$ 2,4 milhões

e que foram objeto de fiscalização tributária pela Secretaria da Receita Federal, desde 2003.

Já Patrus Ananias deverá informar sobre as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas) a respeito das entidades filantrópicas, também desde 2003. O 1º suplente da Mesa, senador César Borges (PR-BR), foi o responsável pelos

pareceres favoráveis ao envio dos requerimentos.

Outro pedido aprovado pela Mesa, também de Colombo, solicita a Mantega informações sobre os pagamentos efetuados por estados, Distrito Federal e municípios, desde 2003, referentes à dívida contratual que esses entes têm com a União. Gerson Camata (PMDB-ES) foi o relator.

## CCT vota regulamentação para clonagem de animais

O projeto da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que regula a clonagem de animais, está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O texto trata das atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

A proposta (PLS 73/07) dá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a atribuição de registrar e fiscalizar as instituições interessadas na realização de pesquisas e comercialização de clones. Porém, quando o estudo envolver mamíferos destinados ao uso terapêutico ou à produção de fármacos, o

registro e a fiscalização serão realizados também pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Entre as responsabilidades civis e administrativas de quem clonar animais, o projeto determina que os responsáveis por danos ao meio ambiente e a terceiros responderão pela indenização ou reparação integral dos prejuízos causados.

O texto também criminaliza o ato de clonar mamífero, peixe, anfíbio, réptil e ave sem o registro previsto, em desacordo com a lei, ou a ação de liberar, no meio ambiente, clones sem autorização legal ou de animais extintos. Pune ainda quem introduzir na cadeia alimentar humana clones sem autorização legal.

### DIABETES MELITO

Pessoas que sofrem de diabetes melito poderão ter isenção do Imposto de Renda. É o que prevê projeto de lei (PLS 390/08) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De lá, se aprovado, ainda passa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta inclui o diabetes melito entre as doenças passíveis de isenção sobre os proventos de aposentadoria ou reforma (no caso de militares), como cardiopatias graves, mal de Parkinson, Aids e contaminação por radiação (Lei 7.713/88).

### APARELHOS E REMÉDIOS

Outros dois projetos na CAS tratam da dedução de despesas no Imposto de Renda. O PLS 364/08, do senador Expedito Júnior (PR-RO), estabelece a dedução das despesas com a aquisição de próteses e aparelhos auditivos, desde que o déficit auditivo a ser corrigido tenha sido causado por doença profissional ou acidente em serviço. De César Borges (PR-BA), o PLS 378/07 permite a dedução das despesas com medicamentos de uso contínuo utilizados no tratamento de doença grave ou incurável. Os dois textos ainda serão analisados pela CAE.

## agora é lei

### Técnico e auxiliar de dentista agora estão regulamentados

Mais duas profissões foram reconhecidas, com a entrada em vigor da Lei 11.880/08: a de técnico em higiene bucal e a de auxiliar de consultório dentário, que trabalham sempre sob a supervisão direta ou indireta de um cirurgião-dentista. Agora, os 68.576 auxiliares de consultório dentário e os 8.354 técnicos em higiene dental – que, de acordo com o projeto sancionado, passam a se chamar auxiliar e técnico em saúde bucal – já podem dizer que exercem profissões regulamentadas.

Poderão exercer as atividades dos portadores de diplomas que atendam às normas do Conselho Federal de Educação. O técnico em saúde bucal é profissional de nível médio. Já o auxiliar em saúde bucal é o correspondente ao hoje auxiliar de consultório dentário e também precisa de formação de nível médio.

Entre as atribuições do técnico em saúde bucal desta-

cam-se: participar do treinamento de auxiliar em saúde bucal e de ações educativas na prevenção das doenças bucais; participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação de flúor; fazer a remoção do biofilme; supervisionar o trabalho dos auxiliares de saúde bucal e realizar fotografias e tomadas de uso odontológico exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas.

Já ao auxiliar em saúde bucal compete organizar e executar atividades de higiene bucal; processar filme radiográfico; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares; e manipular materiais de uso odontológico.



## agenda

# Executivo divide reforma política em sete propostas

Governo separou a proposta em seis projetos e uma PEC para que a oposição a uma das ideias não implique a rejeição de toda a reforma

Para facilitar a aprovação de sua proposta de reforma política, o governo federal apresentou ao Congresso uma proposição fatiada: em vez de um texto único e amplo, o Executivo dividiu o assunto em seis projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Os ministros Tarso Genro, da Justiça, e José Múcio Monteiro, das Relações Institucionais, entregaram as propostas ao presidente do Senado, José Sarney, e ao presidente da Câmara, Michel Temer.

José Múcio disse que o governo optou por separar os itens da proposta “para que cada partido possa examiná-los sem que uma ideia atrapalhe a outra”, evitando que a oposição a determinados

itens impeça a votação de toda a proposta.

Os projetos de lei apresentados na última terça-feira preveem o seguinte: a adoção, nas eleições proporcionais, do voto em lista fechada, definida pelos partidos; o financiamento público das campanhas eleitorais; a inelegibilidade, por três anos, de condenados por crimes como o abuso de poder econômico e político, contra a economia popular e contra a administração pública; a fidelidade partidária, pela qual o mandato parlamentar pertence à sigla, e não ao eleito; a proibição de coligações para eleições proporcionais; e a tipificação criminal da “captação ilícita de sufrágio”, na qual o candidato compra votos, ameaça e cons-



José Sarney (C) cumprimenta José Múcio, ao lado de Tarso Genro: governo propõe PEC que cria cláusula de barreira na Câmara

trange alguém para obter seu voto ou atrapalha a campanha de um candidato adversário.

Já a proposta de emenda à Constituição visa implementar uma cláusula de barreira às legendas que não obtiverem 1% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados (com o mínimo de 0,5% dos votos em cada estado). Tarso Genro disse que essa “será uma cláusula de barreira que respeita o direito dos partidos minoritários”.

## Governo tem expectativa favorável quanto à aprovação

A bancada governista no Senado tem expectativa favorável em relação à tramitação dos seis projetos e da PEC que tratam da reforma política. O líder do PSB, Antônio Carlos Valadares (SE), elogiou a engenharia política montada pelo governo e avaliou que a estratégia deverá apressar as mudanças no sistema político-eleitoral brasileiro.

Valadares considera ponto fundamental da reforma a substituição, nas eleições proporcionais (vereador e deputado), do modelo de lista aberta (voto no candidato) pelo de lista fechada (voto no partido). Defensor do voto distrital misto, ele não considera a proposta do Executivo ideal, mas a acha melhor que o atual sistema de voto proporcional.

Em relação à cláusula de barreira, o senador disse que apresentará emenda à PEC que impõe a medida aos partidos que não obtiverem 1% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados (com o mínimo de 0,5% dos votos em cada). Sua intenção é favorecer os partidos menores, que poderiam se livrar da cláusula de barreira ao se unirem em federação, atuando

como se fossem uma única agremiação partidária. Valadares já havia proposto essa ideia em emenda à PEC 2/07, de autoria do senador Marco Maciel (DEM-PE), que trata do funcionamento dos partidos políticos.

E é justamente a discussão da cláusula de barreira, na avaliação do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que deverá suscitar embate entre os partidos grandes e pequenos no Congresso. O parlamentar argumenta que a meta da reforma política é fortalecer os partidos, garantindo meios de sobrevivência aos já existentes e evitando a proliferação de legendas.

O fato de já existirem proposições similares às enviadas pelo Executivo já aprovadas pelo Senado e em tramitação na Câmara não é visto como um problema por Jucá. Como essas mudanças só deverão valer para as eleições de 2016 ou 2018, observou, um eventual atraso de seis meses ou um ano em sua aprovação não faria diferença.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a aprovação da matéria neste primeiro semestre. Apesar de declarar que a proposta do governo “não é a que se esperava”, ele apoia itens como a



GERALDO MAGELA

**Antônio Carlos Valadares elogia engenharia política montada para facilitar a votação de projetos**

fidelidade partidária, a proibição de coligações em eleições proporcionais e a imposição de cláusula de barreira. Mas tem restrições à medida que troca a lista aberta pela lista fechada nas eleições proporcionais. Ele argumenta que a lista fechada pode levar a uma “ditadura dos comandantes dos partidos”.

Osmar Dias defende a fidelidade partidária “para evitar o troca-troca que ocorre, por exemplo, quando alguém se elege pela oposição e, em seguida, transfere-se para a base governista para receber as benesses do Executivo”. A fidelidade, diz, contribui para que haja uma obediência, por parte do eleito, ao programa do partido e “isso estimula o fortalecimento das legendas, pois sem partidos fortes não teremos uma democracia estabelecida”. Quanto ao financiamento público das campanhas, o senador avalia que é preciso garantir mecanismos de controle e fiscalização que sejam rigorosos e “muito claros”.

## As propostas do governo

### Lista fechada

Um dos projetos apresentados pelo governo substitui a lista aberta pela lista fechada nas eleições proporcionais, prevendo alterações no Código Eleitoral (Lei 4.737/65) e na Lei das Eleições (Lei 9.504/97). Na lista fechada, o eleitor não vota no candidato, mas no partido, que tem o poder de escolher quais serão os candidatos e quais deles terão prioridade para preencher as vagas obtidas. A medida contribuiria “para o fortalecimento e a maior institucionalização dos partidos”.

### Financiamento público de campanha

O projeto altera a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95) e a Lei das Eleições para determinar que o financiamento das campanhas eleitorais será exclusivamente público, com origem nos recursos do Orçamento da União. A iniciativa visa combater a “dependência” de candidatos a financiadores privados.

### Fidelidade partidária

Para implementar a ideia de que o mandato parlamentar pertence ao partido, e não ao candidato eleito, o projeto altera a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições. O mandato do parlamentar que deixar sua legenda ou for expulso dela passará a ser exercido por suplente dessa mesma agremiação. A medida daria fim ao troca-troca de siglas por parte de parlamentares.

### Fim das coligações

Esse projeto proíbe as coligações de partidos em eleições proporcionais (que escolhem deputados federais, estaduais e vereadores). O governo argumenta que, assim, evitaria que alianças sejam

formadas para aumentar o tempo da propaganda eleitoral.

### Inelegibilidade

O projeto prevê casos de inelegibilidade, por três anos, de candidatos condenados por “decisão colegiada ou decisão de primeira instância transitada em julgado” por uma série de crimes, alterando a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90). Os crimes são os de abuso de poder econômico ou político; crimes eleitorais, de tráfico de entorpecentes, contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público e o mercado financeiro; e os praticados por detentores de cargos na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso de poder econômico ou político.

### Captação ilícita de sufrágio

Esse projeto tipifica como crime de captação ilícita de sufrágio os casos em que um candidato tenta comprar votos ou ameaça ou constrange alguém para obter seu voto ou atrapalhar uma candidatura adversária.

### Cláusula de barreira

A proposta de emenda à Constituição (PEC) determina que apenas poderão exercer os mandatos de deputado federal, deputado estadual ou deputado distrital os candidatos dos partidos que obtiverem ao menos 1% dos votos válidos — excluídos os brancos e os nulos — obtidos em eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com o mínimo de 0,5% dos votos em cada um desses estados.





## municípios

# Novos prefeitos dão seu recado em Brasília

Cerca de 3.500 prefeitos reuniram-se em Brasília nas últimas terça e quarta-feira, a convite da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência. Empossados há pouco mais de um mês, os dirigentes municipais em primeiro mandato juntaram-se aos reeleitos e cobraram mais atenção aos problemas que enfrentam. Em tempos de crise econômica internacional,

o foco das discussões girou em torno dos repasses de recursos, das dívidas municipais com o governo federal, das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da reforma política. O Jornal do Senado ainda ouviu os prefeitos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e as expectativas em relação às reformas que estão na pauta de votações do Congresso Nacional.



Dilma Rousseff, Michel Temer, Arruda, Lula, dona Marisa, Sarney e José Múcio, na abertura do encontro que atraiu 3.500 prefeitos a Brasília. Mais recursos e renegociação da dívida dominaram pauta



## Lula pede mais agilidade para obras do PAC

No encontro de prefeitos, o presidente Lula ouviu os pedidos e fez cobranças aos administradores municipais. Cobrou mais agilidade na condução de obras do PAC, visto como antídoto para enfrentar os efeitos da crise econômica, e empenho na melhora dos índices educacionais e na luta contra o analfabetismo, a dengue e o sub-registro de recém-nascidos. Para o presidente, sem a participação dos prefeitos não é possível solucionar esses problemas que ele considerou prioritários.

– Queremos que as obras do PAC sejam agilizadas, porque, muitas vezes, a demora da licença ambiental, do projeto básico e do projeto executivo faz com que uma obra atrase um ano ou dois. É preciso que a gente trabalhe todo mundo junto – afirmou Lula.

Os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), José Gomes Temporão (Saúde), Fernando Haddad (Educação) e José Múcio (Relações Institucionais) falaram aos administradores sobre os problemas que têm nas relações com as prefeituras. Dilma anunciou que neste mês o governo federal deve liberar cerca de R\$ 10,5 bilhões do PAC para ações de saneamento, esgoto e habitação e sugeriu que os municípios contemplados pelo programa criem uma equipe para monitorar o andamento das obras e que os turnos de trabalho sejam ampliados para três (manhã, tarde e noite).

Mais de 20 ministros estiveram presentes à reunião, além dos presidentes do Senado e da Câmara, senador José Roberto Arruda (DEM), e do Piauí, Wellington Dias (PT); e dos prefeitos de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), e do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB). Os bancos públicos e associações de municípios e prefeitos montaram estandes no evento.

## Burocracia e demora nos repasses são entraves

O PAC foi criticado pelos administradores pela demora no início das obras. Eles atribuem o problema às dificuldades para efetivar as parcerias, principalmente com os estados. Muitos alegam que as prefeituras destinam os recursos pactuados, mas os estados ou a União demoram a fazer o mesmo e o projeto não anda, muitas vezes em razão de divergências políticas. Mesmo os prefeitos de municípios que elegeram deputados estaduais reclamam da falta de apoio e diálogo com os governos dos seus estados para a execução das obras.

Outra queixa recorrente dos prefeitos é a burocracia. Para eles é preciso desburocratizar muito para que o programa alcance os objetivos a que se propôs. Os órgãos ambientais e a Caixa Econômica Federal foram os mais criticados.

Há ainda a questão da seleção das obras – pouco transparente, segundo muitos prefeitos. Estudo entregue pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) ao presidente Lula destaca que o governo federal deixou de fora das obras do PAC os pedidos de ajuda para desastres naturais e calamidades públicas. A CNM adverte que o governo federal não está estruturando os municípios para enfrentar situações de emergência e calamidade pública, cada vez mais frequentes em tempos de aquecimento global, preferindo, quando ocorrem essas situações, destinar à União e aos estados a maior parte dos recursos.

A falta de estrutura para acompanhar os projetos foi também criticada. Alguns prefeitos sugeriram que os estados criem escritórios de projetos para prestar serviço aos pequenos municípios que não dispõem de técnicos qualificados para acompanhar e acelerar as etapas burocráticas, de planejamento e de execução das obras.

Mas há muitos contentes com o PAC. O prefeito de Cosmópolis (SP), por exemplo, afirmou que sua cidade foi a primeira a inaugurar uma obra do programa e outras – na área de abastecimento de água e saneamento – estão 98% prontas.

## Benefícios agradam

Lula apresentou um pacote de medidas para estimular as administrações a gerarem emprego e melhorarem a qualidade de vida dos moradores:

– repactuação das dívidas com o INSS: por medida provisória, cidades inadimplentes poderão renegociar em até 20 anos

– regularização fundiária: também por medida provisória, governo promete regularizar as terras da União na Amazônia Legal – muitos municípios foram construídos sobre áreas da União e precisam da regulamentação

– financiamento do BNDES: foi anunciada a liberação de R\$ 980 milhões para financiar a compra de máquinas, tratores e patrulhas mecanizadas. No ano passado, foram liberados R\$ 500 milhões.

– 100% do ITR: os municípios que aderiram ao convênio até 31 de janeiro receberão 100% da arrecadação do Imposto Territorial Rural em 2009. Antes recebiam apenas 50% do imposto recolhido pela Receita Federal

## Bons pagadores reclamam de tratamento diferenciado

Além de considerarem tímidas as medidas anunciadas por Lula – a maioria torcia e esperava por alguma garantia em relação à queda na arrecadação e, conseqüentemente, nos repasses aos municípios –, os prefeitos em dia ou que já haviam renegociado suas dívidas com o INSS queixaram-se da diferença de tratamento dada aos devedores. Eles não tinham ideia se poderiam ou não se beneficiar do parcelamento.

Já os inadimplentes estavam muito satisfeitos com a notícia. Muitas das prefeituras não conseguem obter recursos ou firmar convênios em razão da dívida com o INSS e isso, num momento de crise, pode fazer toda a diferença, dizem os prefeitos.

Elogios mesmo foram para os recursos liberados para a compra de máquinas e equipamentos, que vieram em muito boa hora, segundo os prefeitos ouvidos pelo **Jornal do Senado**. Para eles a medida ajuda a executar as obras de proteção ao meio ambiente, de infraestrutura e de apoio ao produtor rural.

## Frases

“Agora é o momento de ter bastante cuidado e muita coragem. Cuidado com os gastos e coragem para manter os investimentos.”

Gilson Amaro, prefeito de Santa Teresa (ES)

“Mesmo sendo uma prefeita do PT num estado e num país governado pelo partido, é muito difícil. Essas medidas não são 'bondades', são justiça.”

Rilza Valentin, prefeita de São Francisco do Conde (BA), sobre as medidas em favor dos municípios, protestando contra a forma de distribuição – que ela considera injusta – dos recursos entre as esferas de governo.

“O pacto federativo tem que ser realidade também na distribuição dos recursos.”

Hércules Fonseca, prefeito de Lagoa dos Patos (MG), clamando pela reforma tributária e protestando contra o tratamento diferenciado aos inadimplentes do INSS.

“Ainda não vi a cor do PAC.”

Paulo Rodrigues Cunha, prefeito de Chapadão do Céu (GO), reclamando dos buracos no trecho da BR-060, que liga sua cidade a Goiânia, por onde escoava toda a produção agrícola da região.

“Com o R\$ 1,2 milhão devolvido pela Câmara de Vereadores entre 2005 e 2008, fizemos praça, casas e asfalto.”

Assis Peixoto, prefeito de São Simão (GO), ao argumentar que é melhor manter o número de vereadores como está.

## Para prefeitos, punição mais ágil evitaria engessamento da gestão

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, pediu que o governo federal colabore com os municípios na definição de mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A principal queixa dos prefeitos se refere ao que eles consideram o engessamento da atuação das prefeituras pela LRF.

Mesmo assim, os prefeitos reconhecem que a LRF é absolutamente necessária e responsável pelo processo de profissionalização dos administradores. Projetos que alteram a LRF aguardam inclusão na pauta de votação da Câmara e do Senado, entre eles o que dispõe sobre a divulgação dos orçamentos.

Para Germano Coelho, prefeito de Loreto (MA) e defensor público, “a lei é necessária e importante, mas muito severa, abstrata e burocrática, do tipo geralmente feito em Brasília”.

A segunda maior reclamação diz respeito ao cumprimento da LRF. Para eles, a responsabilização deveria ser efetiva e atingir rapidamente os maus administradores sem, no entanto, comprometer a atuação da nova

administração. Segundo Cícero Almeida, prefeito de Maceió, a cidade quase deixou de receber R\$ 23 milhões por conta de erro na prestação de contas da administração anterior.

– A impunidade também é grande, parece que não mudou nada [com a LRF]. Estamos recebendo processos antigos, inclusive relativos à administração de 1986, mas ninguém foi punido até hoje – protesta Cícero.

Todos os prefeitos entrevistados afirmam ter tido problemas com administradores anteriores e é comum depoimentos sobre irregularidades sérias.



Cícero Almeida, prefeito de Maceió: cidade quase perdeu recursos por causa de erros do seu antecessor

## Aumento do número de vereadores não é consenso entre prefeitos

O **Jornal do Senado** ouviu 12 prefeitos sobre a polêmica proposta de emenda à Constituição que define o número de vereadores em cada município. A medida deve provocar o aumento, em quase 7.500, do número de vereadores em todo

Oito dos 12 prefeitos ouvidos disseram que haverá aumento de gastos, mas ressaltaram que os vereadores não precisam gastar todo o percentual definido na Constituição e repassado pela prefeitura. Em muitas cidades, como resultado de uma gestão

responsável, destacaram, a câmara municipal devolve os recursos não gastos, que podem ser investidos em projetos que garantam o bem-estar da população.

### Câmara municipal pode devolver as verbas não utilizadas

Quatro outros prefeitos afirmaram que a PEC aumenta os gastos, mas melhora a apresentação, se a atuação dos vereadores for séria. O que é preciso, alegaram, é encontrar meios para afastar vereadores corruptos e incompetentes. Nas cidades pequenas, acrescentaram, a mudança também dará emprego a mais pessoas.

Final, a mudança vai ou não aumentar as despesas das prefeituras?

## Senado lança Guia do Vereador

Neste mês, começa a ser distribuído o Guia do Vereador, produzido pelo Senado em parceria com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel). O objetivo é fornecer aos parlamentares municipais eleitos em 2008 e seus assessores informações sobre as funções que deverão desempenhar em seu dia-a-dia e sobre a necessidade de fiscalização das ações do Executivo.

– No censo legislativo que realizamos por meio do Interlegis, em 2006, constatamos que mais de

60% dos vereadores não tinham a menor ideia do seu papel – frisou o presidente da Abel, Florian Madrugá, que também é funcionário do Senado.

Em fevereiro, cada assembleia legislativa e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, assim como cada câmara municipal e escola legislativa receberão pelo menos um exemplar dos 8 mil impressos.

De acordo com Florian Madrugá, o guia é importante principalmente para os pequenos municípios



Valter Pereira quer mudar a proposta do Executivo: “Governo tem que ser parceiro e não banqueiro”



Lúcia Vânia acha que é chegada a hora de o governo começar a descentralizar a distribuição dos recursos públicos



Para Rosalba Ciarlini, prefeitos saíram insatisfeitos do encontro com o presidente Lula e a ministra Dilma

## Para senadores, renegociação da dívida não deve usar a taxa Selic

Mesmo com os 240 meses propostos pelo governo para que os municípios paguem as suas dívidas com a Previdência, o novo programa de financiamento dos débitos será uma carga muito pesada para as prefeituras – que devem cerca de R\$ 14,5 bilhões ao órgão previdenciário. Essa é a avaliação feita pelos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Valter Pereira (PMDB-MS) sobre o programa anunciado pelo presidente Lula.

A medida provisória (MP 457/09) publicada na última quarta-feira adota como fator de correção da dívida a Selic (atualmente em 12,5% ao ano), com juros de 1%. No caso das contribuições dos próprios funcionários retidas pelas prefeituras e não repassadas à Previdência, o parcelamento só poderá ser feito em até 60 meses.

Os prefeitos pediam a troca da Selic pela Taxa de Juros de Longo Prazo (a TJLP, hoje em 6,25% ao ano), além de um teto para o comprometimento com as prestações de 15% da receita corrente líquida (RCL) dos municípios.

Valadares e Valter Pereira pretendem aproveitar a tramitação

### Divergência sobre as medidas

Líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu a decisão, mas advertiu que o Congresso “deve melhorar” a proposta, colocando um limite nos dispêndios dos municípios com a Previdência.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que está chegando a hora de a União promover a descentralização dos recursos. Ela entende que o governo promove verdadeira de-

pendência política, obrigando os prefeitos a viajarem a Brasília. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) avalia que os prefeitos saíram insatisfeitos do encontro. A senadora defendeu mais recursos para os municípios, argumentando que a Constituição descentralizou as ações, mas não as verbas para que os prefeitos possam atender a população.

A regularização dos atrasos com a Previdência permitirá que muitos municípios voltem a assinar convênios com o governo federal para novos projetos. A inadimplência está inclusive impedindo acordos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Serys Shlessarenko (PT-MT) destacou, na última sexta-feira, as medidas anunciadas pelo presidente Lula em favor dos municípios. Entre as medidas mais importantes ressaltadas pela senadora, está a ampliação, em R\$ 980 milhões, da linha de financiamento destinada à aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas; abertura de crédito de R\$ 700 milhões para que os municípios possam melhorar o transporte escolar; e mais dinheiro para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou ter distribuído aos prefeitos que estiveram em Brasília um livro com medidas para que o administrador do município possa cuidar melhor das crianças e dos adolescentes da cidade.

## Crise internacional já mostra a cara nos municípios

Em relação à crise econômica mundial, os prefeitos ouvidos pelo **Jornal do Senado** durante o encontro em Brasília foram unânimes: embora de forma ainda tímida, os efeitos da desaceleração da atividade econômica já se fazem sentir, especialmente nas cidades maiores.

As grandes preocupações são a queda de arrecadação do ISS, a redução dos repasses estaduais e federais em razão da menor ar-

recadação e das isenções fiscais concedidas pelo governo federal, e o desemprego. Uma possível redução ainda maior da receita em fevereiro preocupa bastante e os prefeitos planejam cortar gastos para tentar manter os investimentos.

Em Lagoa dos Patos (MG), os repasses federais no mês passado já caíram 8% em relação a janeiro de 2008, segundo o prefeito Hércules Fonseca. Em Itu (SP),

em janeiro houve uma queda de arrecadação do ISS de R\$ 800 mil, segundo o secretário da Fazenda, Valfrido Carotti. A prefeitura já contingenciou 20% do orçamento, a maior parte despesas de custeio, já que a redução da folha é mais difícil, além de contribuir para o desemprego. Em Maceió, a crise já obrigou a prefeitura a extinguir secretarias e a reduzir o ritmo das obras em andamento.

– assinalou o presidente da Abel.

O guia trata dos seguintes temas: “O vereador na história do Brasil”; “Noções de direito constitucional”; “Orçamento dos municípios”; “O poder legislativo municipal”; “Noções de técnica legislativa”; “A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)”; e “Projetos inovadores”. Os capítulos foram elaborados por assembleias legislativas, por consultores legislativos do Senado e por técnicos de tribunais de contas estaduais.



# Senado pode retomar reforma fiscal em maio

Câmara deve concluir até o final de abril a votação do projeto que consolida três propostas de emenda constitucional destinadas a aprimorar o sistema tributário nacional

Se os planos do governo e do empresariado derem certo, a reforma tributária, que voltou a ser projeto prioritário no Congresso, está prevista para chegar ao Senado ainda neste semestre. Aprovado na comissão especial da Câmara no final do ano passado, o relatório do deputado Sandro Mabel (PR-GO), atual líder do seu partido, deve começar a ser votado em março pelo Plenário. A previsão de Mabel é concluir até o final de abril o exame do substitutivo às propostas de emenda constitucional (PECs 233/08, 31/07 e 45/07).

Na avaliação do DEM, que se tornou o principal opositor à reforma na retomada das negociações neste ano, o calendário é otimista. Mas ele já foi discutido, segundo Mabel, com o presidente da Câmara, Michel Temer. E será testado nas conversas com os líderes partidários naquela Casa, que voltam a se reunir na quarta-feira, a partir das 14h.

Um dos principais assuntos será a apresentação de estimativas atualizadas sobre as perdas de arrecadação dos estados com o novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um dos pontos nevrálgicos da reforma, principalmente nesse cenário de crise. O primeiro encontro entre os

líderes, na última quinta-feira, foi tenso e não houve acordo em torno das emendas aglutinativas, nas quais se tentará resolver as divergências com a oposição nesta reta final.

O PSDB, por exemplo, quer limite mais rígido para o aumento da carga tributária da União com o novo Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F), que irá fundir o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o salário-educação, e o chamado PIS/Cofins-Importação. O aumento da receita do IVA-F não poderá ultrapassar a variação do PIB (produto interno bruto).

No texto aprovado pela comissão, prevaleceu a proposta do governo de aumento real de até 5% ao ano, nos dois exercícios iniciais de vigência do

## Carga tributária no Brasil, México, Índia, China e Rússia

País	Ano	Carga tributária (% do PIB)
Brasil	2006	34,2
México	2005	16,9
Índia	2002	18,3
China	2000	15,0
Rússia	1999-2002	34,9

Fontes: Secretaria da Receita Federal (Brasil), Alvarez (2007/México), Bernardi e Fraschini (2005/Índia), Grabowski e Tomalak (2005/Rússia), Zhang e Martinez-Vazquez (2003/China).

IVA-F, quando comparado à receita no ano anterior dos tributos por ele substituídos. "Estamos estudando com o Ministério da Fazenda como chegar a um equilíbrio entre as duas propostas", disse Mabel ao *Jornal do Senado*.

Como essa, há várias outras pendências. Um seminário internacional sobre reforma tributária, com especialistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dias 3 e 4 de março na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, deve turbinar as discussões.

Mabel informou que os presidentes José Sarney, do Senado, Temer, da Câmara, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, devem abrir o seminário que contará, segundo ele, com a presença de senadores, deputados, representantes dos governos, de federações patronais e de trabalhadores, entre outros. "É uma manifestação de que queremos votar a reforma", assinalou Mabel.

No Senado, existe uma proposta formulada por Francisco Dornelles (PP-RJ), aprovada em dezembro pela Subcomissão de Reforma Tributária. Mais ampla que o IVA-F, a proposta de Dornelles prevê a criação do IVA-Nacional, que também incluiria o ICMS e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).



Acerto de contas: desafio do Congresso é aprovar a reforma do sistema tributário do país em momento de retração da receita fiscal decorrente da crise internacional

STEVE WOODS/SCIENCE PHOTO LIBRARY

## Apesar de distorções, Brasil se destaca

Longe de ter o sistema tributário que tantos brasileiros almejam – pela complexidade, elevado índice de sonegação, multiplicidade de isenções e incentivos fiscais, peso maior sobre os mais pobres e outras distorções –, o Brasil conquistou avanços em relação aos outros quatro grandes países emergentes, México, China, Índia e Rússia, analisados em estudo da Consultoria do Senado.

O Brasil gera receitas suficientes para atender suas atividades públicas, o que o México ainda não conseguiu, e possui administração fiscal moderna e eficiente, duas importantes características de um sistema tributário de qualidade. De acordo com o estudo do consultor Marcos Mendes, o FMI recomenda que as administrações tributárias em fase de modernização devem ter relação entre custo de arrecadação e receita arrecadada inferior a 2%. O indicador brasileiro situa-se em torno de 1,6%.

No entanto, são muitas as avaliações de que a expansão da carga tributária já chegou ao seu limite (34,2% do PIB, pelos dados de 2006 citados no estudo), tendendo agora a se estabilizar em relação ao PIB. Na visão de Mendes, a carga tributária só poderá cair daqui para frente se houver um desmonte dos fatores que levam ao crescimento acelerado da despesa pública – que o consultor não detalha, por não ser objeto do estudo.

A tributação indireta sobre o consumo de

bens e serviços (16,1% do PIB) responde por quase metade da receita total. O que mais pesa é o ICMS estadual (7,4% do PIB). Concebido originalmente como um imposto do tipo IVA, ele se transformou em foco de distorções (o estudo avalia várias delas, como a guerra fiscal e a complexidade legal: 27 leis estaduais diferentes).

Entre outros pontos, Mendes sugere que o ICMS, juntamente com a redução das contribuições sociais, constitua o cerne da reforma tributária. Já a segunda fonte de arrecadação, o IR (5,9% do PIB), se aproxima, segundo o consultor, do que é recomendado internacionalmente. O estudo não analisa a contribuição previdenciária (5,3% do PIB), terceira fonte na hierarquia. Apenas ressalta que as alíquotas praticadas no Brasil estão entre as mais altas do mundo.

## Carga tributária discriminada por tipos de tributos (2006)

	RS milhões	% PIB
Receita tributária total	795.011	34,2%
Tributos sobre comércio exterior	9.935	0,4%
Tributos sobre bens e serviços	375.872	16,1%
Tributos sobre o patrimônio	22.664	1,0%
Tributos sobre a renda	162.680	7,0%
Tributos sobre a mão-de-obra	160.026	6,9%
Outros	63.834	2,7%

Fonte: Secretaria da Receita Federal e IBGE

## A carga dos emergentes

Veja uma síntese do estudo da Consultoria do Senado que comparou o sistema tributário brasileiro com os de México, Índia, Rússia e China

México



O México conseguiu reduzir a carga de tributos imposta à sua população após sucessivas reformas. Aumentou a eficiência do sistema tributário e harmonizou-o com padrões internacionais para compatibilizá-lo com o praticado pelos parceiros do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) – Estados Unidos e Canadá.

No entanto, apesar de ter a segunda menor carga tributária entre os cinco países analisados pelo consultor do Senado, Marcos Mendes, com 16,9% do produto interno bruto (PIB), o México não conseguiu um sistema que gere receitas suficientes para atender suas necessidades. A implantação de um imposto sobre valor adicionado (IVA) de ampla incidência em substituição a tributos cumulativos, uma reforma com características semelhantes ao que se discute atualmente no Brasil, data de 1980.

O IVA mexicano substituiu um imposto federal sobre faturamento, 30 impostos

### Receitas do governo federal

	em % do PIB	
	1980	2005
Total (A) = (B)+(C)	15,3	16,9
Receita tributária (B)	10,8	9,7
Renda	5,5	4,6
IVA	2,7	3,8
Específicos	1,0	0,6
Importação	1,0	0,3
Outros	0,5	0,4
Receita não-tributária (C)	4,5	7,2

Fonte: Estudo de Daniel Alvarez, University of Pavia (2005)

específicos e cerca de 400 impostos diferentes de governos locais. Buscou-se simplificar o sistema e reduzir os indesejáveis efeitos da tributação em cascata. Durante a crise econômica de 1982, o governo reformou o IVA introduzindo diversas alíquotas para viabilizar o aumento de receitas. Porém, abriu espaço para evasão fiscal e distorções no sistema.

Índia



Apesar de ser um dos países mais populosos do mundo, a Índia possui um universo de contribuintes muito pequeno. Apenas 40 milhões pagam Imposto de Renda para uma população de quase 1,1 bilhão (no Brasil são 22 milhões de contribuintes com declaração anual para 189 milhões de habitantes). Segundo a Consultoria do Senado, há isenções e incentivos fiscais sem justificativa racional, com forte variação da tributação efetiva entre setores e regiões.

Um exemplo é o tratamento privilegiado concedido ao setor agrícola, independente do nível de renda do produtor. O Imposto de Renda, cujas alíquotas variam entre 10% e 31,5%, não incide sobre a renda agrícola. Os estados tributam a atividade agrícola e rendas da terra, mas a incidência é muito inferior à que recai sobre a renda urbana. O IR das pessoas jurídicas tem alíquota de 33,6% para as empresas domésticas, mas permite inúmeras deduções. O nível de evasão fiscal é elevado e há baixa capacidade administrativa das autoridades fazendárias. O resultado é a baixa capacidade de arrecadação.

A receita fiscal da Índia praticamente estacionou na faixa dos 18% do PIB (veja tabela). Desde o início dos anos 90 está em curso uma reforma tributária, cuja peça central é a adoção de um IVA amplo,

### Receita consolidada do governo geral (federal e estaduais)

	em % do PIB	
	1996	2002
Total (A) = (B)+(C)	18,0	18,3
Receita tributária (B)	14,5	14,6
Renda e lucros	2,8	3,2
Transações com propriedades e capital	0,6	0,7
Bens e serviços	8,0	8,9
Comércio exterior	3,1	1,8
Receita não-tributária (C)	3,5	3,8

Fonte: Estudo de Luigi Bernardi e Angela Fraschini, Università del Piemonte Orientale, Arredato Avogadro – Alessandria

capaz de aumentar a eficiência tributária e remover conflitantes tributos estaduais e federais. Uma das propostas é um imposto integrado sobre bens e serviços, cobrado em paralelo pelo governo central e pelos estados. O IVA teria, além da alíquota zero, três outras, variando de 6% a 20% para o governo central e de 4% a 14% para os estados. A cobrança do tributo seria no destino.

A Índia praticamente não dispõe de mecanismos de assistência e seguridade (gasta só 0,6% do PIB, contra 12% no Brasil) e de saúde pública, apesar de concentrar 36% dos pobres do mundo.

Rússia



A transição do socialismo para o capitalismo impôs à Rússia a necessidade de construir uma nova estrutura tributária. De 1999 a 2002, o governo russo iniciou ampla reforma para ampliar a base tributária, reduzir alíquotas, diminuir impactos adversos sobre decisões econômicas e obter maior receita da exploração de recursos minerais, especialmente o petróleo, seguindo padrão recomendado pelo FMI.

Com uma estrutura de receitas que guarda certa semelhança com a brasileira – o estudo da Consultoria do Senado menciona a contribuição de consultores brasileiros na montagem do fisco russo –, a reforma tributária, associada ao crescimento econômico mundial e à elevação dos preços do petróleo, impulsionou a receita fiscal do país. A carga tributária chega a 34,9% do PIB, sendo a maior entre os cinco países analisados pelo consultor Marcos Mendes (ver quadro).

As principais fontes de arrecadação provêm da tributação sobre bens e serviços (IVA e tributos específicos), sobre a renda das famílias e das empresas e contribuições sociais. Na Rússia, as contribuições destinadas a financiar a seguridade e a assistência social chegam a 7,7% do PIB (no Brasil alcançam 14,4%).

### Receita consolidada do governo geral (federal e estaduais)

	em % do PIB	
	1999-2002	2002
Total (A) = (B)+(C)	34,9	34,9
Receita tributária (B)	30,1	30,1
Renda e lucros	6,4	6,4
Propriedade	3,0	3,0
Impostos específicos	2,4	2,4
IVA	7,6	7,6
Comércio exterior	3,0	3,0
Contribuições sociais	7,7	7,7
Receita não-tributária (C)	4,8	4,8

Fonte: Estudo de Maciej Grabowski e Marcin Tomalak (2005)

O IVA da Rússia, que tem alíquota média de 18% (mas existe proposta para reduzi-la a 13%), possui algumas singularidades. Até 2001 foi cobrado sob o princípio da origem. Hoje é cobrado no destino, exceto gás natural, petróleo e em todo o comércio com a Bielorrússia, onde permanece o princípio da cobrança na origem.

China



Desde 1994, a China vem reformando o seu sistema fiscal para dar condições de inserir sua economia nos padrões capitalistas. O país apresenta a menor carga tributária, apenas 15% do PIB, entre os cinco casos analisados pela Consultoria do Senado.

No entanto, baseado em estudo do FMI, o consultor Marcos Mendes observa que as estatísticas oficiais subestimam o peso dos tributos. Se fossem levadas em conta a receita extra-orçamentária das províncias em infraestrutura e contribuições para a previdência, a carga seria de 22% do PIB, segundo Mendes.

Além dessa fragilidade estatística, a China tem estrutura fiscal complexa. Apesar de ser país unitário, sem autonomia política para as províncias, esses governos locais possuem grande autonomia administrativa. É também devido a essa descentralização que o IVA chinês enfrenta dificuldades para ser ampliado.



## integração

# Venezuela no Mercosul ainda é dúvida no Brasil

Representação Brasileira examina protocolo de adesão do país vizinho ao bloco, que precisa ser aprovado por comissão e Plenário do Senado

O protocolo de adesão da Venezuela está entre os principais temas em pauta na próxima reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, marcada para esta quarta-feira. O ingresso da Venezuela já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, caso receba parecer favorável, o protocolo ainda será examinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e pelo Plenário do Senado.

O protocolo já foi aprovado pelos parlamentos da Argentina, do Uruguai e da própria

Venezuela. Para que entre em vigor, no entanto, ainda precisa passar pelos Congressos Nacionais do Paraguai e do Brasil. No caso brasileiro, a adesão da Venezuela enfrentou resistência por parte de parlamentares da oposição, que levantaram dúvidas a respeito da manutenção do regime democrático naquele país, comandado há dez anos por Hugo Chávez, que busca reeleição ilimitada.

Sugerido pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), outro tema em discussão nesta quarta-feira será a crescente tensão entre

Brasil e Argentina em relação ao comércio bilateral. Em recente visita ao presidente do Senado, José Sarney, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, sugeriu que o Brasil adote em relação aos produtos argentinos as mesmas restrições utilizadas pela Argentina contra produtos brasileiros.

O debate sobre o tema na representação ocorrerá apenas algumas semanas antes da visita ao Brasil da presidente da Argentina, Cristina Kirchner, programada para março.

## Paraguai Mendoza Unzain irá presidir Parlasul nos próximos seis meses

O parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza Unzain foi eleito presidente do Parlamento do Mercosul para os próximos seis meses. Ele disse que dedicará esforços para a consolidação e o fortalecimento da instituição e que o órgão deve ser respeitado, conhecido e ampliado.

Na mesma sessão, foram eleitos os três vice-presidentes para um mandato de dois anos: Dr. Rosinha, pelo Brasil, José Juan Bautista Pampuro, pela Argentina, e Juan Jose Domínguez, pelo Uruguai. A cada seis meses, um vice-presidente

assume a Presidência do Parlamento, o que permite que representantes dos quatro países ocupem o cargo.

Para o senador Pedro Simon (PMDB), que presidiu a sessão, a América Latina tem tudo para ser uma grande região e haverá de ocupar o seu espaço e de ter voz.



Ao lado de Pedro Simon (D), Mendoza Unzain ressalta que órgão deve ser "respeitado, conhecido e ampliado"

## Aloizio Mercadante condena "aventuras unilaterais e protecionistas" no bloco

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), divulgou na última quinta-feira nota em que condena a adoção de "aventuras unilaterais e protecionistas".

Após visita ao presidente do Senado, José Sarney, na terça-feira, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, criticou o governo argentino por não liberar licenças de importação de produtos brasileiros apresentadas

entre outubro e novembro de 2008. Além disso, como afirmou, o país vizinho estaria adotando medidas *antidumping* com "critérios duvidosos".

Mercadante advertiu que a adoção de medidas de retaliação poderia levar a uma nova onda protecionista dentro do Mercosul. Para ele, o bloco dispõe dos meios diplomáticos e jurídicos para resolver as divergências comerciais entre os dois países, por meio de um "maduro e responsável" processo de negociação.



FOTOS: GERALDO MAGELA

Parlamentares que integram a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul em reunião na semana passada

### CONSULTA

Deve ser iniciada em março a regulamentação do mecanismo de consulta parlamentar, que permitirá que o Parlamento do Mercosul examine as normas editadas pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) – formado pelos ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países que compõem o bloco – antes que as matérias sejam submetidas aos parlamentos nacionais. A iniciativa irá fortalecer e acelerar a aprovação das normas.

### GUARANI

A Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul aprovou uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum (CMC) para que o guarani também seja considerado idioma oficial do Mercosul. Autor da proposta, o parlamentar paraguaio Héctor Lacognata disse que há cerca de 15 milhões de pessoas que falam o guarani e vivem no Paraguai e em regiões da Argentina, da Bolívia e do Brasil.

### MEMORIAL

Por sugestão dos parlamentares paraguaios Ricardo Canese e Héctor Lacognata, a Comissão de Educação do Parlamento do Mercosul aprovou uma recomendação às autoridades do bloco para que seja criado o Memorial da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Segundo os parlamentares, o memorial deve ser usado com fins históricos, educativos, culturais e turísticos. Canese lembrou que a guerra foi trágica e envolveu os quatro países do Mercosul.

### TRÁFICO

Para favorecer o planejamento de uma estratégia comum na luta contra o tráfico de pessoas, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul aprovou a criação de uma subcomissão temporária para harmonizar as leis dos quatro países do bloco sobre a matéria. Segundo a autora da proposta, a parlamentar argentina Beatriz de Alperovich, o crime é muito mais frequente em países com baixos índices socioeconômicos.

### ÉTICA

Começou a tramitar na terça-feira passada, no Parlamento do Mercosul, um anteprojeto de Código de Ética que prevê, entre outras normas, a obrigatoriedade de o parlamentar prestar contas de sua atuação. Foi aberto prazo até o dia 16 de março para que os parlamentares apresentem sugestões ao texto. Em seguida, a Comissão de Orçamento e Assuntos Internos do bloco terá 45 dias para elaborar um parecer.

## Parlamentares visitam Cesare Battisti na prisão em Brasília

Os senadores João Pedro (PT-AM) e José Nery (PSOL-PA) e os deputados José Eduardo Cardozo (PT-SP) e Manuela D'Ávila (PCdoB) fizeram na quinta-feira uma visita de solidariedade ao ex-ativista político italiano Cesare Battisti, preso na penitenciária da Papuda, em Brasília. Battisti aguarda decisão da Justiça brasileira sobre pedido de extradição do governo da Itália, onde foi condenado à prisão perpétua. Segundo João Pedro, Battisti está bem de saúde, mas lhe pareceu "triste e apreensivo, sob muita pressão".

Ex-membro do grupo Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), ele foi condenado à prisão perpétua na Itália pela participação em quatro assassinatos. Em janeiro deste ano, o ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu ao italiano *status* de refugiado político, sob a alegação de que os crimes cometidos tinham motivação política.

## Senado exhibe documentário Mataram Irmã Dorothy

Senadores, deputados, membros do Judiciário e do Ministério Público, entre outros, terão a oportunidade de ver nesta terça-feira, às 19h, o documentário, pré-indicado ao Oscar de 2009, *Mataram Irmã Dorothy* (*They killed sister Dorothy*), do diretor norte-americano Daniel Junge. O filme será exibido no Auditório Antonio Carlos Magalhães, na sede do Programa Interlegis.

O documentário conta a história do assassinato da irmã Dorothy, ocorrido há quatro anos em Anapu (PA). Premiado em festivais de cinema em Chicago (EUA), Denver (EUA) e Brasília, entre outros, o filme estreou na última sexta-feira no circuito comercial. Segundo o senador José Nery (PSOL-PA), que propôs a exibição no Senado, o documentário mostra a luta inglória, de acordo com ele, de pequenos produtores contra grileiros no coração da Amazônia.

## Votos de censura à imigração espanhola e a Hugo Chávez

Dois votos de censura estão entre as matérias que aguardam votação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no início deste ano legislativo. O primeiro deles, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), destina-se à "política de imigração discriminatória" do governo da Espanha. O segundo, do senador Mário Couto (PSDB-PA), contesta a reforma constitucional idealizada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Mercadante critica o tratamento concedido pelo governo espanhol a cidadãos brasileiros. Somente na década de 50, recorda, o Brasil acolheu 92 mil imigrantes espanhóis.

No pedido de voto de repúdio a Chávez, Mário Couto critica a tentativa do presidente Hugo Chávez de estabelecer uma reforma constitucional na Venezuela de "forma desequilibrada e totalmente atentatória à democracia".



## investigação

# CPI pronta para novo round contra pedofilia

Comissão que mostrou serviço em 2008 abre nova frente de investigação neste ano e quer aprovar outras leis de proteção às crianças na internet

Este ano promete ser tão produtivo e polêmico para a CPI da Pedofilia quanto 2008. Diversas frentes de trabalho estão abertas e em andamento, como a investigação das denúncias de redes de pedófilos nos estados, a elaboração de novas leis para reprimir a ação dos criminosos e a análise do material colhido nos sites suspeitos de conteúdo ilegal.

A CPI define o seu esquema de trabalho para 2009 após o carnaval. O prazo de funcionamento, que foi prorrogado por 180 dias, pode se estender até outubro e os integrantes vão determinar as linhas e estratégias de investigação, que, em 2008, já permitiram, por exemplo, a quebra do sigilo de mais de 18 mil álbuns de fotos do Orkut, suspeitos de conterem material pedófilo.

Magno Malta (PR-ES) e o relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), estão dispostos a convocar as prestadoras de telecomunicações e acesso à internet que não aderiram voluntariamente, em 17 de dezembro, ao termo de cooperação com o Ministério Público, a Polícia Federal e outras entidades, para agilizar o fornecimento de dados

sobre internautas investigados por pedofilia.

Entre elas estão Vivo, Claro, Telefônica e Embratel, enquanto Tim, Oi/Telemar e Brasil Telecom firmaram o compromisso. Causou mal-estar na CPI a atitude das empresas ausentes, que informaram à imprensa apoiar o documento, mas não compareceram para assiná-lo. Por isso, Magno Malta quer saber se a disposição é para valer, ou só jogo de cena.

Outra frente de atuação da CPI deverá ser trabalhar pela tramitação rápida de seu projeto (PLS 494/08), apresentado em dezembro (*veja nesta edição*). A proposta estabelece regras para guarda e repasse de dados dos usuários da internet sob investigação pela prática de crimes contra crianças e adolescentes.

Dois outros projetos da CPI já foram aprovados pelo Senado: o PLS 250/08, que amplia o rigor contra o abuso sexual de crianças (convertido em lei); e o PLS 126/08, que trata da prisão preventiva para fins de extradição, que está na Câmara. Um terceiro, o PLS 275/08, está no Plenário e permite o confisco de imóveis usados para a prostituição infantil.

## As frentes de batalha

### CPI da Pedofilia trabalha em cinco diferentes direções para reprimir ações dos criminosos

#### Denúncias nos estados

O grupo realiza investigações prévias a partir das muitas denúncias de atividades de pedófilos. Integrantes da CPI viajam aos locais para colher dados, ouvir testemunhas e apurar melhor os fatos. Estão previstas viagens para Manaus, Belém e Curitiba, onde há denúncias consistentes.

ligado à internet). Algumas delas têm levado até 90 dias para responder às solicitações da CPI, relatando que não teriam como prestar as informações. A CPI está convicta de que tais dados podem ser obtidos pelos provedores e que eles são essenciais para a localização dos pedófilos, pois mostram em que dia e hora determinado computador acessou álbuns ou sites com conteúdo criminoso.

#### Álbuns da internet

O grupo tem realizado a triagem do conteúdo dos 18 mil álbuns do Orkut suspeitos de abrigarem material pedófilo. Quando este é identificado, o álbum vai para uma lista, da qual será pedida a quebra dos sigilos telefônicos e de e-mails dos autores.

#### Auxílio às vítimas

Como seu trabalho tem obtido êxito e muita visibilidade, a CPI passou a receber, assim como o serviço Disque-Denúncia do Ministério da Justiça, muitos relatos de casos de pedofilia. A comissão atua em cooperação com o Ministério Público e a Polícia Federal para que nenhuma denúncia deixe de ser investigada.

#### Provedores

A CPI quer ouvir empresas provedoras de acesso à internet para que estas expliquem o porquê da demora em fornecer os dados relativos aos IPs (os endereços que identificam cada computador que está

#### Nova legislação

A CPI elabora novos projetos, além dos já apresentados, aprovados e sancionados pelo presidente da República.



ELZA FIUZA/ABR

A internet é um terreno minado para crianças e adolescentes, o que requer atenção dos pais e das autoridades

## Prazos mais curtos para repasses de informações

Depois de ver transformado em lei um de seus projetos, em novembro passado, que, entre outras coisas, aumenta a pena máxima de crimes que envolvem pornografia infantil na internet de 6 para 8 anos, a CPI agora espera uma tramitação rápida de outra proposta para coibir a ação dos bandidos na rede mundial de computadores. Se aprovada, obrigará as empresas de internet a preservarem os dados por prazos mais longos e a fornecerem as informações (*leia mais ao lado*) dos usuários suspeitos de práticas criminosas.

Trata-se do PLS 494/08, que determina prazos e meios de preservação de todos os dados mantidos pelos provedores da internet, para posterior investigação de crimes praticados contra menores. O texto assinado pelos integrantes da CPI estabelece que os fornecedores de serviços de telecomunicações e de acesso deverão manter os dados cadastrais dos usuários e os de conexão por três anos, sob pena, até mesmo, de suspensão definitiva de suas atividades.

A proposta também define prazos para o fornecimento desses dados durante uma investigação criminal e a partir de uma ordem judicial. Se houver risco iminente à vida, prazo de no máximo duas horas; se houver risco à vida, de 12 horas; e de três dias, nos demais casos. Tais limites poderão ser dobrados ou triplicados se, por exemplo, o volume de dados solicitados for muito elevado.

## Direitos preservados, mas acesso a dados garantido

Durante seu trabalho, que completa um ano em março, a CPI da Pedofilia constatou que, cada vez mais, o trabalho das autoridades de combate ao crime depende do acesso rápido aos dados das comunicações eletrônicas realizadas pelos criminosos. É praticamente impossível chegar aos culpados sem que as informações trocadas em e-mails, sites de relacionamento e bate-papos sejam preservadas pelos provedores e, posteriormente, repassadas aos responsáveis pela investigação criminal.

Mas até onde isso entraria em choque com os preceitos constitucionais que asseguram o direito à privacidade ou o sigilo das correspondências? Como justificam os senadores, "tais valores constitucionais devem ser sopesados com a prioridade absoluta que a Lei Maior concede à proteção de crianças e adolescentes, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado o dever de garantir, entre outras coisas, proteção contra exploração, violência e crueldade".

Por isso, a proposta diferencia a forma de acesso e os tipos de dados que poderão ser obtidos para investigações de crimes contra menores. Dados cadastrais e de conexão (endereços de IP, por exemplo) serão fornecidos à polícia ou ao Ministério Público mediante requisição direta e simples. Já dados relativos ao conteúdo (como o teor de uma conversa entre internautas) só serão liberados mediante ordem judicial.

## Tecnologia é usada para humilhar ou intimidar

Não por coincidência derivada da palavra inglesa *bull* (touro), a expressão *bullying* infelizmente tornou-se comum no Brasil nos anos recentes. Ela se refere às agressões e ofensas praticadas repetidamente por jovens (ou crianças) contra outros jovens com a intenção de humilhar e inferiorizar a vítima. O local habitual de tais agressões são as escolas, e as vítimas preferenciais são crianças mais tímidas ou fisicamente mais frágeis.

Os "valentões" ou "encrenqueiros" do passado agora se beneficiam da popularização da tecnologia de comunicação para amplificar seu comportamento agressivo. Assim, o *bullying* extrapolou o ambiente escolar, ou de bairro, e não tem mais barreiras, pois as mensagens ofensivas podem chegar a qualquer momento pelo telefone celular, caixa de mensagens, *blog* ou perfil do Orkut.

A isso se dá o nome de *cyberbullying*, fenômeno que preocupa cada vez mais as autoridades e instituições voltadas a proteger jovens dos perigos a que estão expostos na internet. É o caso da SaferNet, uma ONG criada em 2005 por um grupo de cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito. Essa organização é uma das referências no setor e tem

sido parceira da CPI da Pedofilia do Senado.

Segundo informa a SaferNet em seu site, "o *cyberbullying* é uma violência grave que não pode ser encarada como apenas uma brincadeira entre colegas. Se já foi vítima, saiba que você não tem culpa disso, isto é ação de alguém mal-educado e mal-intencionado que deve ser responsabilizado. Muitos jovens já foram obrigados a pagar multas por terem ofendido colegas ou professores na internet".

A ONG recomenda algumas medidas para reagir aos ataques. Primeiro, o jovem deve relatar o caso a um adulto de confiança. Nunca deve responder às agressões, mas precisa gravar todos os textos e/ou imagens recebidos, que servirão como prova. Depois, bloquear os e-mails e/ou telefones que originaram as mensagens em *chats*, *blogs* ou redes de relacionamento.

Os crimes de ameaça, calúnia, difamação, injúria e falsa identidade, todos previstos no Código Penal, dependem de queixa realizada pela própria vítima. Esses crimes, mesmo cometidos pela internet, devem ser denunciados pela vítima na delegacia mais próxima da residência dela ou em uma delegacia especializada em crimes cibernéticos – recomenda a SaferNet no site.





## debates

# Simon elogia corregedor da Câmara, ACM Neto

Senador, que lamentara a eleição de Edmar Moreira, comemorou a renúncia do deputado e a escolha de “um nome emblemático” para ocupar a função

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) mostrou-se entusiasmado com a eleição do deputado federal Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA), na quarta-feira, para a 2ª Vice-Presidência da Câmara dos Deputados, cargo que acumula as atribuições de corregedor da Casa.

Uma semana antes, Simon lamentava, no Plenário do Senado, a permanência de Edmar Moreira (MG) na função de corregedor, à qual acabou renunciando no dia 8 de fevereiro, após denúncia de que deixou de recolher contribuição previdenciária de funcionários e omitiu à Justiça Eleitoral a propriedade de um castelo, em Minas Gerais, avaliado em R\$ 25 milhões.

– A Câmara agiu muito bem. Venho felicitar a Mesa pela capacidade de selecionar nome tão emblemático, que traz responsabi-



J. FREITAS

**Simon também aproveitou para condenar a decisão do STF que garante aos réus condenados em segunda instância recorrer da sentença em liberdade**

lidade profunda sobre o que pode acontecer – elogiou.

Segundo avaliou, a escolha do deputado pela Bahia para comandar a Corregedoria da Câmara “já revela um direcionamento diametralmente oposto ao de seu antecessor na condução do cargo”. Enquanto Edmar Moreira considerava “delicado” julgar os colegas parlamentares, sugerindo que o Supremo Tribunal Federal

(STF) assumisse a missão, ACM Neto reconheceu a precedência da presunção de inocência, mas admitiu examinar denúncia do PSOL por quebra de decoro contra Edmar Moreira.

Pedro Simon também aproveitou para condenar recente decisão do STF que garante aos réus condenados em segunda instância recorrer da sentença em liberdade.

## Mão Santa diz que Lula controla o Judiciário

O mandato de quatro anos para o presidente da República, com possibilidade de reeleição por mais quatro, e o poder do chefe do Executivo de nomear os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) provocaram, segundo Mão Santa (PMDB-PI), uma “grande concentração de poder nas mãos do presidente Lula”. De acordo com o senador, o presidente está controlando dois dos três Poderes.

– O Poder Executivo é muito forte, tem o dinheiro. Tem o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], tem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, tem apoio da maioria do povo brasileiro. Além disso, Lula indicou o Judiciário todo. Acabou a democracia, são dois contra um – alertou. O senador também lamentou “a violência que vem se alastrando no Brasil”.

## Durval aponta melhoria nas rodovias federais

O sistema de concessão de rodovias federais à iniciativa privada adotado no Brasil tem resultado em melhorias significativas nas condições das estradas, beneficiando o transporte rodoviário de passageiros e de cargas, afirmou João Durval (PDT-BA). Para o senador, as críticas iniciais à sistemática de gestão privada de rodovias, que levou à instituição de pedágios nessas estradas, cederam lugar ao reconhecimento da melhoria da qualidade das vias que adotaram o sistema. Dentro do processo de concessão de estradas, João Durval classificou como “um sucesso” o leilão que concedeu a um consórcio de empresas brasileiras e espanholas a gestão dos trechos entre Salvador e Feira de Santana, na BR-324, e entre esse município baiano e a divisa com Minas Gerais, na BR-116.

## Paim cobra medidas inovadoras para a crise e critica bancos

Depois de apontar indicadores que mostram o avanço da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, o senador Paulo Paim (PT-RS) cobrou rapidez nas soluções para o enfrentamento do quadro recessivo. Segundo ele, o país precisa inovar, não se limitando a “copiar” medidas adotadas por outros governos. No diagnóstico da situação, Paim dirigiu pesadas críticas ao setor financeiro.

– As taxas de juros são uma verdadeira agiotagem. Os bancos, apesar da crise, querem manter os mesmos ganhos – frisou.

O senador salientou que o Congresso não pode ficar de fora da discussão sobre medidas para reduzir os efeitos da crise e adiantou que pretende propor amplo debate na Subcomissão

de Trabalho e Previdência Social. Entre as providências sugeridas por Paim, está um programa de aposentadoria voluntária para aqueles trabalhadores que já possuem tempo para se retirar – e que, como disse, só permanecem trabalhando para evitar perder parcela de seus ganhos por causa da aplicação do chamado fator previdenciário.

– Se acabássemos com o fator previdenciário, poderíamos trabalhar nesse programa e, desde que aceitassem a aposentadoria voluntária, esses aposentados estariam fortalecendo o consumo e ainda abrindo vagas de emprego para os jovens – explicou Paim, ao ressaltar que outros países já adotaram soluções semelhantes em tempos de crise, como a França e a Itália.



JOSÉ CRUZ

**Paim diz que vai propor amplo debate na Subcomissão de Trabalho e Previdência Social sobre medidas para reduzir efeitos da crise**

### SUGESTÕES

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou sete sugestões ao Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pelo julgamento de petição, apresentada por ele e pelo senador Augusto Botelho (PT-RR), que contesta a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Entre as sugestões de Mozarildo, está a de que se dê, para aqueles que forem obrigados a se retirar da reserva, o prazo de um ano para sua saída, além da reavaliação judicial das propriedades dessas pessoas.

### COPA

Marina Silva (PT-AC) defendeu a escolha de Rio Branco como uma das 12 cidades brasileiras que deverão sediar a Copa do Mundo em 2014. Para ela, Rio Branco, com o projeto Acre Sede Verde da Copa, poderá ser a sede do Green Goal (Gol Verde) no Brasil e, assim, divulgar a necessidade de compromisso com a preservação ambiental por parte das pessoas e governos. A senadora disse que o estado tem infraestrutura para receber o fluxo de pessoas que assistirão aos jogos.

## homenagens

### Senado comemora centenário da Cruz Vermelha

O Senado prestou homenagem à Cruz Vermelha Brasileira pelo centenário de sua fundação – 5 de dezembro de 2008. Participaram da sessão o presidente nacional da Cruz Vermelha, Luiz Fernando Hernandez, e o vice-presidente, Eimar Eli de Araújo, entre outras autoridades.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) – que propôs a homenagem – chamou a atenção para a possibilidade de a Cruz Vermelha liderar no país

uma grande mobilização em favor da melhoria do sistema de saúde pública.

Romeu Tuma (PTB-SP) destacou a participação da Cruz Vermelha na libertação de seis reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) há alguns dias, nas selvas colombianas, por 18 militares em dois helicópteros do Exército brasileiro.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a aprovação de projeto de lei de sua autoria (PLS 110/04)

que concede à Cruz Vermelha 0,15% da arrecadação líquida das loterias federais.

Eduardo Suplicy (PT-SP), assim como Tuma, pediu a colaboração da Cruz Vermelha Suíça para identificar e punir os responsáveis pela violência contra a brasileira Paula Oliveira.

Também se pronunciaram Rosalba Ciarlini (DEM-RN), João Pedro (PT-AM), Mão Santa (PMDB-PI) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).



GERALDO MAGELA

**Mão Santa discursa em sessão presidida por Mesquita Júnior (C) e com o presidente nacional da instituição, Luiz Fernando Hernandez**



# institucional



A advogada Cléa Carpi, a embaixadora da Unesco Lilly Marinho e a assistente social Neide Castanho são três das premiadas

## Prêmio Bertha Lutz será entregue em 5 de março

Solenidade vai premiar cinco personalidades e celebrar o Dia da Mulher. Ruth Cardoso, ex-primeira-dama, receberá homenagem *in memoriam*

Cinco personalidades femininas que prestaram relevante serviço na garantia dos direitos femininos e em questões de gênero em 2008 receberão o Prêmio Bertha Lutz em sessão solene do Congresso, no dia 5 de março. Nesse dia, senadores e deputados também comemorarão o Dia Internacional da Mulher – celebrado oficialmente em 8 de março.

Serão premiadas a embaixadora da Boa Vontade pela Unesco, Lily Marinho; a juíza maranhense Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro; a jornalista, atriz e poeta Elisa Lucinda; a secretária-geral do Conselho Federal da OAB, Cléa Anna Maria Carpi da Rocha; e a assistente social Neide Viana



A juíza Sônia Amaral e a poeta, jornalista e atriz Elisa Lucinda estão entre as mulheres que receberão o Prêmio Bertha Lutz em sessão solene do Congresso

Castanha, que coordena o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A ex-primeira-dama e antropóloga Ruth Cardoso, que morreu em 24 de junho de 2008, receberá homenagem *in memoriam*.

### Em maio, três Poderes integrarão sistema eletrônico de dados

A Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControl), que reúne 18 diretores de tecnologia da informação de diversos órgãos públicos federais, deve lançar oficialmente o sistema LexML no dia 19 ou 20 de maio. A informação é do diretor-adjunto da Secretaria Especial de Informática do Senado, Deomar Rosado.

O LexML é uma ferramenta de busca que integra dados de todas as esferas dos três níveis de poder. O sistema padroniza as informações geradas pelos três Poderes e facilita a tramitação eletrônica de documentos.

As pesquisas já podem ser feitas no endereço eletrônico [lexml.gov.br/](http://lexml.gov.br/).

### FGV divulga resultado final do concurso do Senado

A página da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na internet já traz a relação final dos candidatos aprovados no curso de formação, de caráter eliminatório – a segunda fase de classificação de candidatos do concurso do Senado em várias categorias. Segundo o presidente da comissão organizadora do concurso e diretor-adjunto do Senado, Alexandre Gazineo, para que o concurso seja efetivamente considerado encerrado, falta agora apenas a homologação, pelo presidente da Casa, José Sarney, do resultado final dos aprovados no curso de formação.

Já a posse dos candidatos depende de decisão da Mesa diretora.

## presidência



José Sarney recebe Hifikepunye Pohamba (E), presidente da Namíbia, no Salão Nobre. Desde 1994 Marinha brasileira mantém missão naquele país

### Cooperação é tema do encontro de Sarney com presidente da Namíbia

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na quarta-feira o presidente da Namíbia, Hifikepunye Pohamba. A cooperação entre Brasil e Namíbia tem ocorrido nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano e,

sobretudo, no setor naval. Desde 1994, a Marinha brasileira mantém missão na Namíbia, colaborando com treinamento de pessoal, construção de embarcações e delineamento da plataforma continental.

#### INVESTIMENTOS E BUROCRACIA

Na última quinta-feira, José Sarney recebeu os empresários Eike e Eliezer Batista, do grupo OGX – Petróleo e Gás Participações, com quem conversou sobre os investimentos dessa empresa no Brasil e sobre a burocracia nacional.

#### PROGRAMA SOCIAL

A cantora Alcione convidou o senador José Sarney para visitar a sede do Programa Social da Mangueira no Rio de Janeiro, localizado em terreno doado há 20 anos pelo próprio Sarney.

#### POSSE

A posse do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Dácio Vieira, na última quinta-feira contou com a presença do presidente do Senado, José Sarney.

#### CELSO AMORIM ESPERA APROVAÇÃO DE ACORDOS

Os acordos internacionais que o Executivo espera ver aprovados foram discutidos entre o presidente José Sarney e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na última terça-feira. A maioria dos convênios tramita na Comissão de Relações Exteriores.

#### COTAS EM ESCOLAS

O ministro Edson Santos, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pediu a José Sarney apoio a projeto (PLC 180/08) que cria sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas e escolas técnicas.

#### GOVERNADOR

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, visitou o presidente do Senado na semana passada. Eles conversaram sobre medidas provisórias, reforma tributária, condução da reforma política e governo mineiro.

#### EXPERIÊNCIA DA INDÚSTRIA EM COMISSÃO ANTICRISE

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, ofereceu a José Sarney e ao Congresso, na terça-feira, informações e propostas já consolidadas por comissão anticrise semelhante à criada pelo presidente do Senado.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Marconi Perillo  
**2º Vice-Presidente:** Serys Slhessarenko  
**1º Secretário:** Heráclito Fortes  
**2º Secretário:** João Vicente Claudino  
**3º Secretário:** Mão Santa  
**4ª Secretária:** Patrícia Saboya  
**Suplentes de Secretário:** César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata  
**Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Helival Rios  
**Direção de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

#### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Valter Gonçalves Jr.  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920



# programação



Evento reúne estudantes formados em unidade da Apae, considerada a maior organização não-governamental do mundo

## Programa dá destaque à ação da Apae

*Inclusão*, da TV Senado, entrevista presidente da federação das Apaes e mostra reportagens sobre o trabalho da instituição, que atua em todo o país

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) é considerada a maior organização não-governamental do mundo. São mais de 2 mil unidades filiadas no Brasil, todas dedicadas a promover e defender os direitos de cidadania e a inclusão, na sociedade, da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Com 55 anos de existência, a Apae forma uma rede que congrega a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) – que

coordena as ações sociais das Apaes. O programa *Inclusão*, da TV Senado, apresenta entrevista com o senador Flávio Arns (PT-PR) e o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), médico e atual presidente da Fenapaes, que fala sobre as iniciativas da instituição.

**Inclusão**  
TV Senado  
21/2, sábado, às 11h30 e 22h30  
22/2, às 9h e 17h

### Os problemas dos brasileiros no exterior

As comunidades brasileiras que vivem em outros países são o tema da entrevista especial desta segunda-feira, no *Conexão Senado*, com especialistas e senadores.

Com a crise econômica mundial, como fica a situação desses brasileiros? Que países abrigam as maiores comunidades de imigrantes brasileiros? Quais seus principais problemas? O que pode fazer o governo brasileiro para ajudá-los? Essas são, entre outras, as questões a que o programa busca dar respostas.

**Conexão**  
Senado FM e OC  
16/2, segunda-feira, às 7h30  
Internet: segunda-feira, 16/2

## A crise financeira, a reação brasileira e o pacote de Obama

“É lenta a reação do governo brasileiro à crise econômica que afeta o mundo.” A opinião é de Márcio Holland, coordenador de pós-graduação da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

Holland também comenta na Rádio Senado o pacote do pre-

sidente dos Estados Unidos, Barack Hussein Obama, para fazer frente à crise financeira.

**Senado Economia**  
Senado FM  
16/2, segunda-feira, às 7h30  
Internet: 13/2, sexta-feira

## Defensorias públicas devem crescer no país, diz presidente de associação

A Constituição de 1988 criou um dos mais importantes instrumentos de defesa dos direitos da cidadania: a defensoria pública. Mas, passados 20 anos, menos de 50% dos brasileiros têm acesso aos serviços.

Hoje, só Goiás e Santa Catarina não oferecem o serviço. O presi-

dente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Fernando Calmon, fala à Rádio Senado.

**Fique por Dentro da Lei**  
Senado FM e OC: 16/2, segunda-feira, às 10h  
Internet: 16/2, segunda-feira

## Um manual para ajudar os focas do jornalismo

O jornalismo tem particularidades que só são aprendidas na prática, no dia-a-dia das redações. Mas um livro lançado pela editora Contexto pode ajudar tanto os jornalistas iniciantes, os chamados “focas”, quanto os professores da área. É o *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*, de Thaís de Mendonça Jorge – entrevistada do programa *Estação da Mídia*.

**Estação da Mídia**  
Senado FM  
17/2, terça-feira, às 7h30  
Internet: 17/2, terça-feira

## Ejaculação precoce e disfunção erétil

A ejaculação precoce é um dos problemas sexuais mais comuns nos homens, sendo responsável por 40% das queixas feitas em consultórios de terapeutas sexuais. A disfunção erétil afeta mais de 152 milhões de homens no mundo.

O *Pergunte ao Doutor* conversa com o ginecologista e sexólogo Sílvio Brás da Paixão.

**Pergunte ao Doutor**  
Senado FM  
18/2, quarta-feira, às 7h30  
Internet: 18/2, quarta-feira

### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Música  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista -  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Música  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
**DOMINGO**  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

**TV A CABO:** (55) e Manaus (57).  
**NET, Mais TV e Video Cabo**  
**TV POR ASSINATURA:** Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsat (17)  
**UHF:** João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

#### ANTENA PARABÓLICA

**Sistema analógico:**  
Satélite: B1  
Transponder: 11 A2  
Polarização: horizontal  
Frequência: 4.130 MHz

#### Sistema digital:

Satélite: B1  
Transponder: 1 Banda Estendida  
Polarização: vertical  
Frequência: 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

### Como sintonizar

#### FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz  
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

#### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

#### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

#### ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2



## voz do leitor

**Militares em Santa Catarina**

"Quero cumprimentar todos os militares das Forças Armadas e da Força Nacional pelo trabalho e pela dedicação quando da enchente que ocorreu em algumas cidades no estado de Santa Catarina. As Forças Armadas devem sempre agir em benefício das populações que são atingidas por enchentes, secas e outras catástrofes provocadas pela natureza. Aqui em Corumbá, na fronteira com a Bolívia, queremos que o Exército tome conta e fiscalize a entrada de pessoas e mercadorias do país vizinho. Temos um batalhão da Polícia Militar, mas gostaríamos que as autoridades federais conhecessem mais de perto os problemas dos municípios localizados nas faixas de fronteira. Queremos que o governo federal crie a Polícia Nacional de Fronteira somente para atender aos problemas fronteiriços, com poder igual ao que é atribuído à Polícia Federal. Enquanto isso não ocorre, em Corumbá foi criado um modelo negativo para o Brasil: rouba-se um veículo e em cinco minutos ele já está na Bolívia."

**Eneo da Nóbrega, de Corumbá (MS)**

**Uso de paletó**

"Gostaria de deixar registrada a minha indignação com relação à rejeição do projeto de lei que desobrigava o uso de paletós pelos senadores. Caso a proposta fosse aprovada, iríamos economizar R\$ 1,2 milhão ao ano. Infelizmente, o projeto não foi adiante porque os senadores preferiram colocar seu ego acima dos interesses da administração pública. Para ser um bom político não há necessidade de estar arrumadinho e elegante, e sim fazer valer o cargo, exercer as suas atribuições em prol do interesse da coletividade. Além disso, seria permitido o uso de camisas sociais longas e calça social. Por causa de um conceito antiquado de 'conservadorismo', dinheiro será gasto desnecessariamente com ar-condicionado. Esse dinheiro do povo deveria ser aplicado no combate à

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

fome e na melhoria da educação."

**Bruno Lopes Tauil, de Guaxupé (MG)**

**Aposentados**

"Fiquei decepcionado com a opinião dos senadores Garibaldi Alves e Aloizio Mercadante em relação ao PLS 58/03. As perdas salariais dos aposentados representam uma dívida do país para com os aposentados. Parabéns aos parlamentares que estão a favor da aprovação do referido projeto."

**Zenilton da Silva Mira, de Salvador (BA)**

**Trotes no celular**

"Gostaria de pedir aos senadores a aprovação de uma lei exigindo que as operadoras de celular acabem com as chamadas ocultas. Como é hoje, fica mais fácil não só passar trotes como também ameaçar pessoas pelo celular. Essa situação deixa muita gente assustada e sem sossego na vida. A empresa deve garantir que o usuário de celular possa sempre saber de quem recebeu uma ligação."

**Eliseudo Geraldo, de Baraúna (RN)**

**CPI da Pedofilia**

"Parabenizo o senador Magno Malta pelo incansável trabalho à frente da CPI da Pedofilia, que resultou na promulgação da Lei 11.829, que considera crime, entre outras condutas, o simples armazenamento de fotos contendo pornografia infantil. O Brasil precisa combater com todas as forças esse tipo de crime imoral e que afronta de forma substancial a dignidade da sociedade."

**Tiago Trindade, de São Paulo (SP)**

**Leis antiviolência**

"Faço um apelo aos senadores para que estabeleçam leis mais rigorosas de combate à violência, que está passando dos limites neste país."

**Weliton José dos Santos, de Santo Antônio do Monte (MG)**

## frases



Não... A gente vai votar é com a mão, não é com o coração

**José Sarney**, em resposta à pergunta se seu coração iria balançar caso tivesse que escolher entre Aécio Neves e Dilma Rousseff para a Presidência da República.

FOTOS: GERALDO MAGELA



Não há provas conclusivas de que haja qualquer indício na natureza de que uma espécie possa gerar outra espécie

**Marcelo Crivella**, ao criticar matéria publicada na imprensa sobre a origem do homem. "Se a doutrina evolucionista estivesse correta, os arqueólogos já teriam encontrado fósseis de seres metade anfíbio e metade ave ou peixe, ou até mesmo um com características de homem e macaco", disse.

Dizem que é um manual da doutrina do dano menor. Ensina como fazer para cheirar cocaína sem se prejudicar, a não usar nota de dinheiro, a comprar canudo próprio. Orienta a fumar maconha bebendo muita água para os olhos não ficarem vermelhos. Tudo isso com o dinheiro nosso, de todos os que pagamos tributos

**Gerson Camata**, criticando manual do Ministério da Saúde que adota a política do dano menor no caso dos usuários de drogas.

Se alguém quiser desrespeitar a proporcionalidade, que venha para a luta, que venha competir

**Arthur Virgílio**, reforçando que o PSDB e o DEM podem obstruir as votações no Senado enquanto a escolha de presidentes e vices das 11 comissões permanentes da Casa não for feita sob o critério da proporcionalidade.

O pacote de medidas anunciado pelo governo federal para beneficiar prefeituras endividadadas apenas alivia, mas não resolve

**Flexa Ribeiro**, para quem o presidente Lula "dourou a pílula" ao anunciar as medidas.

Muitos desses municípios já estão de pires na mão e terão ao menos esse alento, pois todas as dívidas [de INSS] contraídas até 31 de janeiro poderão ser refinanciadas

**João Ribeiro**, elogiando o pacote de benefícios para as prefeituras.

Não é hora de aventuras unilaterais e protecionistas. A hora é de aprofundar a integração do Mercosul

**Aloizio Mercadante**, discordando do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que defende restrições às importações de produtos argentinos porque a Argentina não liberou licenças de importação de produtos brasileiros entre outubro e novembro de 2008.

Não é a primeira vez que o doutor Tarso Genro [ministro da Justiça] faz interpretação dos estatutos legais brasileiros, ora para proteger bandidos, ora para perseguir inocentes. Basta que o STF julgue o mérito da ação e entenda que Battisti cometeu crimes comuns de homicídio

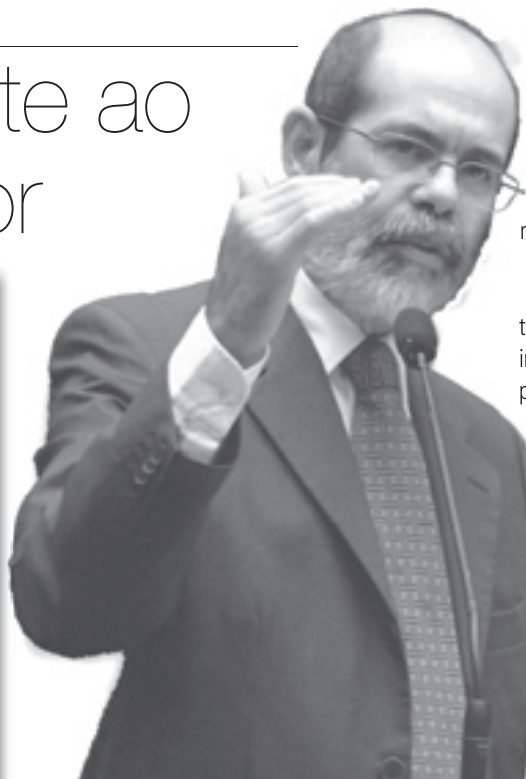
**Demostenes Torres**, questionando a concessão de asilo ao italiano Cesare Battisti.



## pergunte ao senador

"Senador, é verdade que o projeto de lei de sua autoria (PLS 182/03) que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na televisão vale apenas para destilados e bebidas fortes? Isso seria um absurdo, o senhor não acha?"

**Maurício Picasso Galhardo, de Sorocaba (SP)**

**Proibição da propaganda de bebidas**

O senador **Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)** responde:

O projeto, que está em discussão no Senado desde 2003, tem como objetivo proibir todo tipo de bebida alcoólica, independente do teor de álcool. A proibição se faz necessária porque as TVs e as rádios recebem concessões do governo federal e não podemos aceitar que o Estado seja omissivo e estimule a ingestão de bebida alcoólica por meio de propaganda. Para mim é uma incongruência o país ter uma lei de tolerância zero contra o motorista que dirige com qualquer teor alcoólico no sangue e permitir, ao mesmo tempo, a propaganda de bebidas alcoólicas nas rádios e na TVs. A lei seca para os motoristas já veio tarde e deve ser aplicada com todo rigor. Quanto à propaganda,

as fábricas de cerveja, por exemplo, querem convencer o governo e a população de que a publicidade não induz ao consumo, mas essa é a mentira mais deslavada que eu já ouvi. Isso é balela, propaganda induz, sim, ao consumo de cerveja, principalmente a juventude. Para exemplificar o que pode acontecer com o fim da publicidade no rádio e na televisão, eu sempre cito o caso do cigarro, cujo consumo diminuiu bastante com a proibição da propaganda nos meios de comunicação de massa. Defendo que o consumo de bebidas alcoólicas não deve ser visto apenas pelo viés comercial, mas também como uma questão de saúde pública. As mazelas que o excesso de consumo de álcool causa ao país têm suas causas também no "charme da propaganda, da publicidade". Os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde mostram que, em 2001, houve 85 mil internações para tratamento de problemas relacionados ao uso de álcool e 122 mil autorizações para internação hospitalar por distúrbios associados ao alcoolismo.



# As novas regras da língua portuguesa

**O** Novo Acordo Ortográfico entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro deste ano. Elaborado em 1990 para unificar a ortografia em todos os países de língua portuguesa, suas regras só valerão definitivamente para os brasileiros no início de 2013. Durante esses quatro anos, valem a antiga e a nova grafia. Saiba o que muda no português e como foi o processo que culminou no tratado internacional.

## O que mudou

### Alfabeto

• Passa a ter 26 letras, em vez de 23. Foram incluídas as letras *k*, *w* e *y*, usadas principalmente em siglas e palavras originárias de outras línguas.

Exemplos: Franklyn, Darwin, darwinismo, Kuwait, kuwaitiano, km (para quilômetro), kg (para quilograma) etc.

### Trema

• Foi abolido de todas as palavras da língua portuguesa. O sinal servia para destacar a pronúncia do *u* nas combinações *que*, *qui*, *gue* e *gui*.

Exemplos: aguentar, ambiguidade, bilingue, cinquenta, consequência, enxágue, equestre, frequência, linguíça, tranquilo etc. O trema ainda é mantido em nomes próprios estrangeiros e suas derivações, como em Bündchen, Müller e mülleriano.

### Acento diferencial

Para diferenciar duas palavras de significado diferente, mas escritas da mesma forma.

• Deixa de existir nos seguintes casos: *para* (verbo), que se diferenciava da preposição *para*; *pelo* (substantivo), que se diferenciava da preposição *pelo*; *pera* (substantivo), que se diferenciava da preposição *pera*.

Exceções: *pôde* (verbo poder no passado) conserva o acento para se distinguir de *pode* (verbo poder no presente); *pôr* (verbo) conserva o acento para se distinguir de *por* (preposição).

• Uso facultativo nos seguintes casos: *demos* (do verbo no subjuntivo: que nós dêmos) para se diferenciar de *demos* (do passado nós demos); *fôrma* (substantivo) para se diferenciar de *forma* (verbo).

### Ditongo aberto

• O acento agudo foi eliminado nos ditongos abertos das palavras paroxítonas.

Exemplos: alcaloide, assembleia, epopeia, ideia, jiboia, paranoia.

Continuam acentuadas as palavras oxítonas terminadas em *éi*, *éu* e *ói*: chapéu, herói, corrói, céu, véu, lençóis, anéis, Ilhéus.

### Hiato

• Foram eliminados os acentos circunflexos nos hiatos *oo* e *ee*.

Exemplos: enjoo, perdoou, magoo, voo, abençoo; cream, deem, leem, releem, veem, prevêem.

Observação: O acento circunflexo continua valendo para sinalizar o plural dos verbos *ter* e *vir* e seus derivados: eles têm, eles vêm, eles retêm.

### U tônico

• A letra *u* não será mais acentuada nas sílabas *que*, *qui*, *gue*, *gui* dos verbos arguir, redarguir, apaziguar, averiguar, obliquar.

Exemplos: apazigue (em vez de apazigúe), argui (em vez de ele argúí), averigue, oblique.

Pode-se também acentuar desta forma esses verbos: ele apazígúe, averígúe, oblígúe.

• Também perdem o acento as palavras paroxítonas com *i* ou *u* tônicos precedidos por ditongos, como feiura e baiuca. Essa regra não vale quando se trata de palavras oxítonas.

Assim, continua correto Piauí, teiú, tuiú.

### Emprego do e/i

• Escreve-se com *i*, e não com *e*, antes da sílaba tônica, adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos *-iano* e *-iense*.

Exemplos: acriano (do Acre), camoniano (referente a Camões), torriense (de Torres), açoriano (dos Açores), rosiano (relativo a Guimarães Rosa).

### Hífen

• O sinal não será mais usado quando a primeira palavra terminar com vogal e a segunda começar com *r* ou *s*.

Exemplos: antirrugas (em vez de anti-rugas), autorretrato (em vez de auto-retrato), ultrassom (em vez de ultra-som).

• O hífen também não deve ser grafado quando a primeira palavra terminar com vogal diferente da que começar a segunda.

Exemplos: autoestrada (em vez de auto-estrada) e infraestrutura (em vez de infra-estrutura).

• O sinal deve ser usado, porém, quando a primeira palavra terminar com vogal ou consoante igual à letra que começar a segunda. Exemplos: micro-ônibus (em vez de microônibus) e micro-ondas (em vez de microondas).

## Primeiro acordo é de 1931

A primeira reforma ortográfica da língua portuguesa data de 1911 e foi realizada somente em Portugal, sem qualquer acordo com o Brasil, deixando a ortografia completamente diferente nesses dois países. Com o esforço da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras para estabelecer uma grafia comum para as duas nações, surgiu um primeiro acordo em 1931, que entrou em vigor em 1940 em Portugal e em 1943 no Brasil.

Os vocabulários publicados nos dois países continuavam a conter algumas divergências e, em 1945, um novo encontro deu origem ao Acordo Ortográfico de 1945, que se tornou lei em Portugal, mas no Brasil não foi ratificado pelo Congresso Nacional. Outro acordo entre as duas nações, que entrou em vigor em 1971 no Brasil e em 1973 em Portugal, aproximou um pouco mais a ortografia dos dois países, suprimindo os acentos gráficos responsáveis por 70% das divergências entre as duas ortografias oficiais. Em 1986, uma nova tentativa de acordo fracassou devido à reação em Portugal e no Brasil, principalmente a respeito da supressão da acentuação gráfica nas palavras proparoxítonas.

Para os defensores da unificação da ortografia da língua portuguesa, a persistência de duas ortografias oficiais – a luso-africana e a brasileira – impede a unidade intercontinental do português e diminui o seu prestígio mundial. Atendendo às críticas feitas à proposta de acordo de 1986, foi elaborado, em 1988, um anteprojeto de bases da ortografia unificada da língua portuguesa, que levou ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Naquele ano, reuniram-se na Academia das Ciências de Lisboa sete dos oito países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor Leste – para elaboração do acordo ortográfico. O documento previa sua entrada em vigor em 1º de janeiro de 1994, com a ratificação de todos os membros. Mas somente Portugal, Brasil e Cabo Verde assinaram o acordo.

Em 1998, foi assinado um protocolo modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que retirou do texto original a data para a sua entrada em vigor, embora continuasse a ser necessária a ratificação de todos os signatários. Novamente, apenas os parlamentos de Brasil, Portugal e Cabo Verde aprovaram o protocolo.

Em julho de 2004, os chefes de Estado e de governo da CPLP aprovaram um segundo protocolo modificativo do acordo ortográfico, que, além de permitir a adesão de Timor Leste, previa a entrada em vigor das mudanças na ortografia a partir da assinatura de três países membros da comunidade.

O Brasil ratificou o segundo protocolo de mudanças em outubro de 2004. Em 2005, foi a vez de Cabo Verde e, em 2006, São Tomé e Príncipe ratificou o acordo e os dois protocolos modificativos. Portugal somente ratificou o segundo protocolo em 2008. Na Declaração sobre a Língua Portuguesa da CPLP de julho de 2008 é destacada “a futura entrada em vigor do acordo ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de cooperação, com vista a partilhar metodologias para a sua aplicação prática”.



## E as alterações além-mar?

Em Portugal, o Novo Acordo Ortográfico valerá a partir de 1º de janeiro de 2010. E as regras mudarão definitivamente em 2014. Com o acordo, as diferenças ortográficas entre o português do Brasil e o de Portugal serão resolvidas em 98%. A unificação da ortografia acarretará alterações em 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5% no Brasil.

A quinta edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* está sendo elaborada pela Academia Brasileira de Letras e deve ser divulgada em março. A publicação, que registra a forma oficial de escrever as palavras no Brasil, deverá conter cerca de 370 mil verbetes. Nos livros escolares, a incorporação das mudanças será obrigatória a partir de 2010.

### Saiba mais

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi promulgado sob a forma do **Decreto 6.583/08** e seu conteúdo está disponível para consulta no link [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm).